

EXTRA

ANO 20, NÚMERO 196, AGOSTO DE 2015

CLASSE



AGROTÓXICOS

Orgânicos são antídoto

Agricultura sem veneno conquista produtores e aumenta a oferta de alimentos orgânicos, mas a expansão precisa ser acompanhada pelo crescimento do consumo para fazer a diferença

Foto: Igor Sperduto

Editorial

Contraveneno

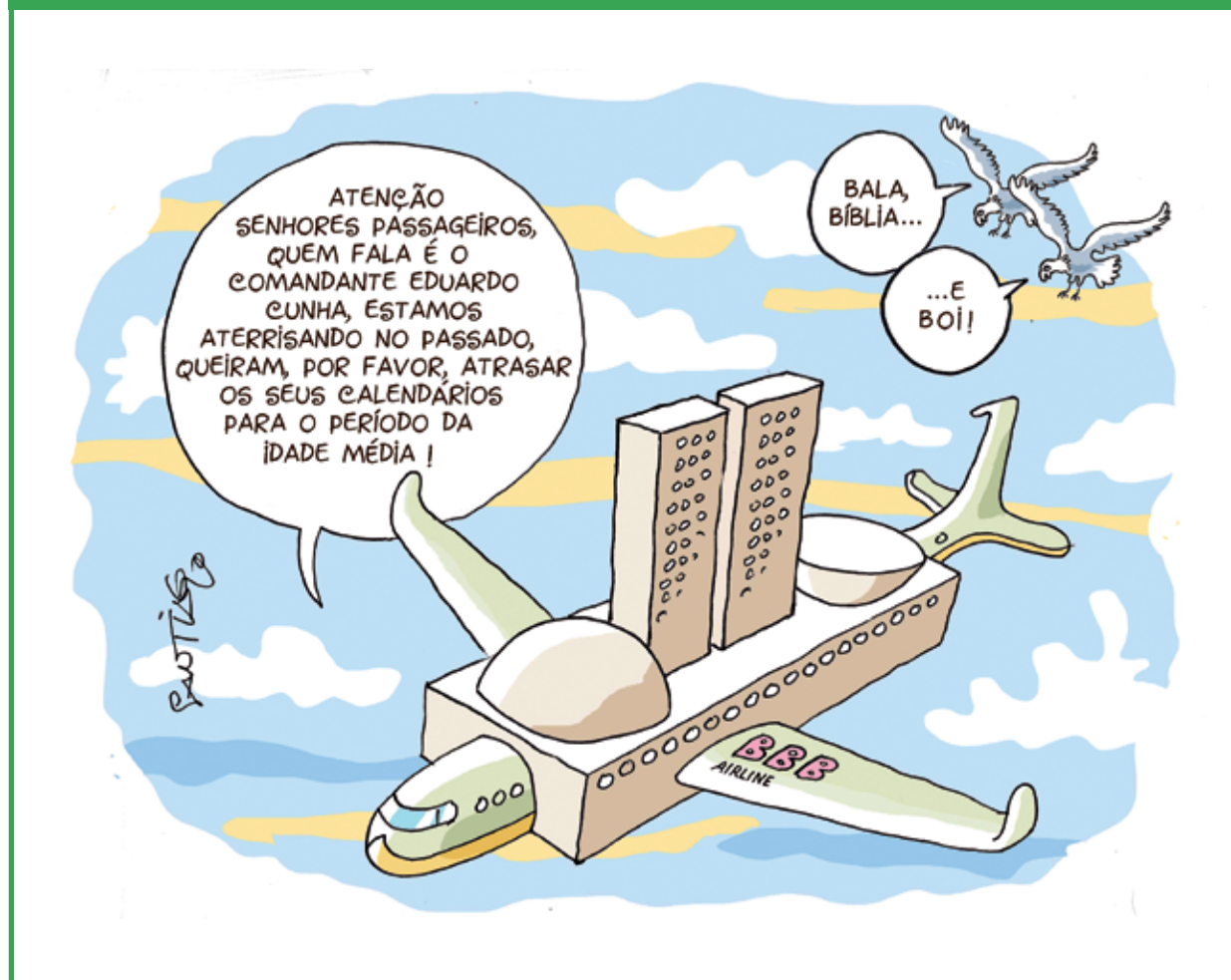
Na contramão de uma tendência mundial, o Brasil segue utilizando venenos em larga escala na agricultura. Em apenas dois anos, cresceu em mais de 160% o volume de toneladas de agrotóxicos despejados nas lavouras, em que predominam substâncias vetadas em outros países, segundo estudo da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Há quatro anos, cada brasileiro ingeria 5,1 litros de agrotóxicos presentes na forma residual nos alimentos. Hoje, esse consumo ultrapassa os 7 litros *per capita*.

Motivados pela falta de informações sobre os efeitos que essas substâncias podem provocar no organismo, especialmente pela combinação de pesticidas, fungicidas e estimuladores de crescimento, muitos consumidores estão migrando para a agricultura orgânica como fonte de alimentos.

Os crescentes apelos por uma alimentação saudável e ambientalmente sustentável têm reflexos na agricultura, em que a transição para o cultivo de base ecológica mobiliza cada vez mais agricultores. Levantamento do Ministério da Agricultura e Abastecimento (Mapa) revela que ao longo de 2014 o número de agricultores que se cadastraram para produzir orgânicos cresceu 51,7%, de 6.719 em janeiro de 2014 para 10.508 em janeiro deste ano e a projeção é de 30 mil agricultores de base ecológica até 2019.

De outro lado, a conscientização sobre os riscos que representam os agrotóxicos abre caminho para o consumo de orgânicos, em que as feiras ecológicas exercem um papel fundamental e já começam a pro-

SANTIAGO



liferar os serviços de *delivery* de orgânicos.

Aumento na produção e oferta em expansão, no entanto, não são suficientes para a massificação do consumo, que hoje não chega a 1% na comparação com a agricultura convencional. O caminho passa por uma mudança de cultura, como aponta Alan Tygel, da coordenação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida. A maior con-

centração populacional do país está nos centros urbanos e a mobilização dessa massa será fundamental para transformar o modelo de produção e consumo de alimentos. Mais do que optar pelos orgânicos, é importante compreender que esses alimentos vêm da agricultura familiar, “a única via possível para uma alimentação de qualidade, para quem produz, para quem consome e para o meio ambiente”.



Extra Classe é uma publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 – CEP 90.040-000 – Bairro Farroupilha – Porto Alegre – RS – Brasil – Fone 51. 4009.2900 – Fax 51. 4009.2917 | www.sinprors.org.br
www.extraclasse.org.br

REDAÇÃO – extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e César Fraga

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo, Grazieli Gotardo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Adriana de Barros Machado, Flavia Bemfica, José Ricardo Caetano Costa e Renato Dalto

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: D3 Comunicação

Fotos Colunistas: René Cabrales (arquivo EC)

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica, Ricardo Machado e Pedro Alice

Charge/Cartum: Canini, Edgar Vasques e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Rosane Costa
51. 4009.2962 / 9998.3598

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição:
23 mil exemplares

Telefones da Redação:
51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



Se pra começar você precisava de um empurrãozinho, agora basta um clic.

Acesse sinprors.org.br/move e saiba como participar. Exercícios ao ar livre e mais qualidade de vida para os professores associados e seus dependentes. E tudo isso em boa companhia.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

PALAVRA DE PROFESSOR

O mito da queda do Fator Previdenciário

José Ricardo Caetano Costa*

O Direito Previdenciário está ingressando em sua fase pós-adolescência. Há menos de duas décadas não tínhamos uma produção doutrinária e jurisprudencial tão vasta como a dos dias atuais. As ações previdenciárias se resumiam a duas revisões de benefícios: a Súmula 260, do extinto TFR, e a revisão pela OTN/ORTN para aposentados e pensionistas enquadrados em critérios restritivos. Com a Constituição de 1988, houve avanços, especialmente em relação aos direitos sociais securitários. A instituição do Fator Previdenciário (FP) pela Lei nº 9876/99 é prova desse processo desregulamentador sob pretexto de atacar as aposentadorias precoces tendo em vista que a população estava envelhecendo e isso justificaria a contribuição por mais tempo e maior redução dos benefícios de quem pretende usufruir direitos mais cedo.

Passados 15 anos, o FP se revelou um desastre: não atendeu sequer o adiamento das aposentadorias precoces, causando mal-estar devido à redução brusca do poder aquisitivo dos benefícios já em sua origem. Essa sistemática e a perda anual do poder dos benefícios fazem sangrar milhares de aposentados e pensionistas, que recorrem a empréstimos consignados com a ilusão de equilibrar as contas. Uma pequena amostra dessa política perversa está começando a despontar.

Pressionado, o governo tenta impor a Fórmula 85/95 via Medida Provisória 676/2015, alardeando o fim do FP. No entanto, esse mecanismo continua para quem não alcançar a soma dos fatores 85 (mulheres) e 95 (homens), em considerando o tempo de contribuição com a soma da idade. E o que é pior, resta consignado indiretamente um limite de idade para quem desejar se aposentar. Isso porque, pela redação da MP, constou no art. 29-C, incisos I e II, um tempo mínimo de contribuição de 35 anos (homens) e 30 (mulheres). Simples operação de subtração nos fornece esse dado. De nada adiantará, em passando esta sistemática, a idade avançada, em observância do critério contributivo.

Como se não bastasse, a proposta da MP é aumentar um ponto percentual, a começar no primeiro dia de janeiro de 2017, até janeiro de 2022, quando a fórmula passa para 90/100. Portanto, extingue a aposentadoria por tempo de contribuição integral, pois, 90 menos 30 são 60 (mulheres) e 100 menos 35 são 65 (homens), exatamente a idade necessária para a aposentadoria por idade. Assim, é necessário pelo menos duas reflexões: a primeira, qual será o interesse dos segurados contribuírem por 30 anos (mulheres) ou 35 anos (homens), se com 15 anos é suficiente para a concessão da clássica aposentadoria por idade. A segunda questão refere-se à própria arrecadação da seguridade social, em outras palavras, será que o governo já fez as contas do que deixará de receber face a não contribuição desses segurados?

*Doutor em Serviço Social (PUCRS) e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Rio Grande (Fadiv/Furg).



VERISSIMO

Epa

No filme *2001 – Uma odisseia no espaço*, do Stanley Kubrick, astronautas descobrem na Lua (ou era em Marte?) um misterioso monólito, de origem desconhecida. Depois fica-se sabendo que o monólito fora posto ali como uma espécie de alarme. Quando exploradores da Terra o descobrissem, seria o sinal de que nossa civilização tinha os meios para invadir o espaço e se tornava uma ameaça para as civilizações extraterrenas que nos estudavam de longe desde que o primeiro primata acertara a primeira cacetada na cabeça de outro, e sabiam do que nós éramos capazes. A descoberta do monólito era um aviso: atenção, a barbárie vem aí, disfarçada de conquista científica.

Às vezes imagino como seria ser um judeu na Alemanha dos anos vinte e trinta do século passado, pressentindo que alguma coisa que ameaçava sua paz e sua vida estava se formando, mas sem saber exatamente o quê. Este judeu hipotético teria experimentado preconceito e discriminação na sua vida, mas não mais do que era comum na história dos judeus. Podia se sentir como um cidadão alemão, seguro dos seus direitos, e nem imaginar que em breve perderia seus direitos e eventualmente sua vida só por ser judeu. Em que ponto, para ele, o inimaginável se tornaria imaginável? E a pregação nacionalista e as primeiras manifestações fascistas deixariam de ser um distúrbio passageiro na paisagem política do que era, afinal, uma sociedade em crise, mas com uma forte tradição liberal, e se tornaria uma ameaça real? O ponto de reconhecimento da ameaça não era evidente como o monólito do Kubrick. Muitos não o reconheceram e morreram pela sua desatenção à barbárie que chegava.

A preocupação em reconhecer o ponto pode levar a paralelos exagerados, até beirando o ridículo. Mas não algo difuso e ominoso se aproximando nos céus do Brasil, à espera que alguém se dê conta e diga “Epa” para detê-lo? Precisamos urgentemente de um “Epa” para acabar com esse clima. Pessoas trocando insultos nas redes sociais, autoridades e ex-autoridades sendo ofendidas em lugares públicos, uma pregação francamente golpista envolvendo gente que você nunca esperaria, uma discussão aberta dentro do sistema jurídico do país sobre limites constitucionais do poder dos juízes... Epa, pessoal.

Se está faltando um monólito para nos avisar quando chegamos ao ponto de reconhecimento irreversível, proponho um: o momento da posse do Eduardo Cunha na presidência da nação, depois do afastamento da Dilma e do Temer.



Os artigos para a seção Palavra de Professor devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com no máximo 1.800 caracteres para o e-mail palavradeprofessor@sinpro.rs.org.br.

Escritório de Advocacia

Antônio Vicente Martins Advogados Associados

Rua Manoelito de Ornellas, 55 conjunto 1304 - Torre A - Trend Corporate
Praia de Belas | Porto Alegre | RS | Telefone 51 3061.4880

* conveniado Sinpro/RS



ENTREVISTA

Marta Arretche

A desconstrução das desigualdades

O fenômeno da desigualdade é muito mais complexo que sua dimensão monetária. A partir desse princípio e da posse de seis edições dos Censos do IBGE, de 1960 a 2010, professores do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), de São Paulo, desenvolveram o livro *Trajetórias da Desigualdade: como Brasil Mudou nos últimos 50 anos* (Ed. Unesp/CEM, 2015). A publicação tem como organizadora a professora da Universidade de São Paulo (USP), pós-doutora em Ciência Política pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), Marta Arretche, que também coordena o CEM. De acordo com a pesquisadora, a trajetória recente das desigualdades no país mostra que não existe a potencial incompatibilidade entre democracia, suas instituições políticas e a redução dos indicadores de desigualdade como defendiam as ciências sociais dos anos 1990. Porém, o ambiente democrático sem políticas efetivas é insuficiente para a redução das distâncias sociais. A publicação representa o maior balanço sobre desigualdades já feito no país, com 14 estudos inéditos sobre aspectos como renda, escolaridade, mercado de trabalho, participação política, acesso à saúde e questões de gênero. “Sob o regime democrático contemporâneo, as dimensões mais inaceitáveis das desigualdades sociais no Brasil foram bastante reduzidas”, afirma a pesquisadora nesta entrevista ao *Extraclasse*.

► Por Grazieli Gotardo

grazieli.gotardo@sinprors.org.br

Extra Classe – Por que apenas a análise de renda não é suficiente para avaliar a desigualdade?

Marta Arretche – As avaliações sobre a desigualdade têm se concentrado excessivamente em apenas uma dimensão, a renda, e extrapoladas, por dedução, para as demais. Mas a desigualdade não se resume à renda. A renda real dos indivíduos é afetada pelo gasto social no momento presente e sua renda futura é afetada por efeitos intertemporais de políticas. Além disso, as condições de vida são parte integrante de uma vida decente. Concentrar nossa análise da desigualdade na dimensão da renda implica logicamente a limitação do rol de mecanismos que permitem sua redução. Parte expressiva das interpretações que concluem que pouco mudou no Brasil nos últimos 50 anos é derivada de um viés negativo de seleção dos indicadores com pior desempenho e, sobretudo, de uma métrica móvel segundo a qual exigências mais elevadas são adotadas à medida que progressos são obtidos. O viés de seleção também afeta a interpretação que sustenta que um novo Brasil emergiu das mudanças recentes. De modo geral, esta inferência está baseada na seleção das dimensões cuja inflexão positiva foi mais destacada. Adotar uma estratégia de investigação que desagrega diferentes dimensões da desigualdade, observa sua trajetória no longo prazo e aplica a mesma métrica para todo o período nos permitiu uma interpretação



Foto: Ximena León Contrera/USP

empiricamente robusta sobre as trajetórias das desigualdades e os mecanismos para sua redução.

EC – A pesquisa apresentou alguma novidade para a ciência social?

Marta – Dois alicerces da ciência social comparada foram abalados pela acumulação de sólidos conhecimentos empíricos acerca da trajetória da desigualdade nos últimos 50 anos. O primeiro sustentava que a democracia levaria à redução das desigualdades sociais nas economias avançadas. A democracia também preservaria estas conquistas sociais no primeiro mundo, devido aos custos eleitorais das políticas de imposição de perdas. O segundo alicerce sustentava que esta rota virtuosa estava interdita ao Brasil. Aqui, os direitos sociais foram expandidos por regimes autoritários e orientados a produzir desigualdades entre categorias de cidadãos. A inversão da sequência virtuosa descrita por Marshall (Thomas H. Marshall, autor que desenvolveu a distinção entre as várias dimensões da cidadania) produziria no Brasil efeito distinto daquele obtido no primeiro mundo, teria implicado desvalorização das instituições representativas. Ademais, a escolha por instituições políticas propensas a facilitar o veto a propostas redistributivas, em particular presidencialismo e federalismo, tornaria altamente improvável a aprovação de políticas para a redução das desigualdades. Nosso

estudo sobre o Brasil mostra que, sob o regime democrático contemporâneo, a desigualdade foi reduzida em múltiplas dimensões relevantes. Caiu muito a desigualdade de renda, cresceu o acesso ao ensino fundamental, a energia elétrica e a coleta de lixo tornaram-se praticamente universais; a figura do trabalhador rural que nunca foi à escola está em vias de desaparecimento; a associação entre pobreza e falta de acesso a serviços básicos diminuiu sensivelmente; as desvantagens de mulheres e não brancos no mundo escolar e do trabalho foram reduzidas; a desigualdade nas condições de vida entre regiões ricas e pobres foi atenuada; a desigualdade de participação eleitoral é baixa e ampliaram-se significativamente os canais institucionalizados de participação extraparlamentar.

EC – Qual a origem da desigualdade no Brasil e quando ela começou a ser enfrentada?

Marta – A trajetória recente das desigualdades no Brasil autoriza refutar a interpretação de que haveria uma potencial incompatibilidade entre a democracia, suas instituições políticas e a redução da desigualdade no Brasil, tal como proposto pela literatura em ciências sociais dos anos 1990. Disto não decorre, contudo, que a democracia seja causa suficiente para a redução das distâncias sociais, como mostra a trajetória recente das democracias avançadas. No Brasil, sob a democracia, diminuiu sensivelmente a desigual-

dade de renda entre os mais ricos e os extremamente pobres, muito embora seu grau ainda seja muito alto. Esta dimensão da redução da desigualdade é explicada principalmente pelo gasto social e pela política do salário mínimo. A desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho também diminuiu, mas a um ritmo bem mais moderado. A trajetória desta dimensão, contudo, é em grande medida explicada por mecanismo distinto. É principalmente afetada pela tardia e gradual expansão da oferta de educação, que ainda está restrita ao nível fundamental de ensino. Portanto, parte importante da trajetória recente da desigualdade de renda no Brasil é resultado da combinação de políticas distintas. Não pode ser explicada por qualquer mecanismo isolado, nem é um subproduto direto da democracia. Além disto, revela que decisões sobre o destino do gasto público e sobre as regras das políticas têm impacto efetivo sobre a desigualdade de renda.

EC – Qual o papel das políticas públicas?

Marta – A trajetória recente do Brasil demonstra que as políticas e suas regras têm impacto crucial sobre a pobreza e a desigualdade. Parte substancial da redução das desigualdades sociais no Brasil foi resultado da combinação em um curto período de tempo da adoção de diferentes políticas cuja trajetória foi independente. Nosso estudo, entretanto, revela que não devemos atribuir as mudanças em curso na estratificação social brasileira exclusivamente às políticas. Desenvolvimentos anteriores, entre os quais uma revolução silenciosa no comportamento das mulheres, cujas consequências sobre a composição demográfica e as normas sociais começam a ser exploradas, não são de modo algum irrelevantes.

EC – É possível associar a redução da desigualdade com a evolução do acesso à educação?

Marta – A associação entre educação e renda opera em duas direções. A origem social dos indivíduos afeta seu acesso à educação e o desempenho escolar assim como há um prêmio associado à educação que distingue indivíduos mais e menos escolarizados no mercado de trabalho. Isoladamente, a educação seria o fator que mais determina as oportunidades no mercado de trabalho. Nos últimos 50 anos ocorreram mudanças substanciais na extensão em que as desigualdades sociais afetam as oportunidades educacionais. A universalização do acesso ao ensino básico – quase 70% dos jovens que entraram no sistema educacional completaram oito anos de estudo em 2010 em contraposição a uma taxa de 10% em 1960 – e a consequente entrada massiva de jovens no ensino médio implicou um deslocamento, por efeito de saturação, do nível de ensino em que a origem socioeconômica opera como um constrangimento sobre a progressão escolar.

Ainda que um número crescente de jovens tenha ingressado no ensino médio e no ensino superior, as taxas de conclusão destes níveis de ensino entre os jovens são muito inferiores às de entrada. Além disso, as desigualdades de oportunidades revelaram-se persistentes para o ensino médio e até mesmo aumentadas para a conclusão do ensino superior. Nosso atraso educacional – qual seja, os muito baixos níveis de escolaridade da população brasileira – e, portanto, a escassez de mão

de obra qualificada, foram responsáveis pelos elevados diferenciais de salário no mercado de trabalho. Logo, o aumento da escolarização aumentou a oferta de mão de obra mais qualificada e, por consequência, reduziu o prêmio pelos diferenciais de escolaridade. Portanto, a queda da desigualdade de renda no mercado de trabalho teve como origem a expansão dos níveis de escolaridade da população economicamente ativa.



Foto: Thomas Silva/ABR

"A queda da desigualdade de renda no mercado de trabalho tem origem na expansão dos níveis de escolaridade, mas é afetada pela expansão tardia da oferta de educação, que ainda está restrita ao nível fundamental"

EC – É possível comparar o efeito das políticas adotadas nos últimos governos?

Marta – O Programa Bolsa Família teve um impacto muito importante na redução da extrema pobreza e isto tem a ver com seu desenho. Os erros de vazamento são de limitada intensidade, o que é explicado pela centralização da autoridade para distribuição dos benefícios. Nos programas adotados por FHC, no início de 2000, os benefícios eram transferidos do governo federal para os governos municipais, que detinham, por sua vez, a autoridade sobre sua alocação. O Bolsa Família, no governo Lula, eliminou essa intermediação. A combinação de escala do número de beneficiários e autoridade centralizada para a distribuição do benefício não é, portanto, irrelevante. Ampliar o número de beneficiários sem garantir sua efetiva focalização não teria produzido os ganhos de renda dos extremamente pobres. A política em torno do salário mínimo está no centro da redução da desigualdade de renda. Por política do salário mínimo, entendendo tanto a atualização dos valores quanto as categorias sociais afetadas por esta valorização.

EC – E em relação ao salário mínimo?

Marta – Desde 1940, os salários no mercado formal de trabalho estão atrelados à decisão governamental sobre o valor do salário mínimo. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o salário mínimo como piso das aposentadorias rurais e urbanas. A implementação do Benefício de Prestação Continuada iniciou em 1995. Logo, o universo de protegidos pela política do salário mínimo foi resultado de mudanças endógenas que se desdobraram no tempo. Uma vez incorporado um amplo contingente de indivíduos mais vulneráveis, a trajetória de sua renda passou a depender da política de valorização do salário mínimo. Na trajetória recente, esta valorização iniciou no governo Fernando Henrique em 1994, mas sua aceleração somente ocorreu a partir do governo Lula.

EC – Como as mudanças nas estruturas familiares incidem sobre as desigualdades?

Marta – Ocorreu uma revolução silenciosa na vida privada no Brasil nos últimos 50 anos, revolução esta da qual as mulheres foram as principais protagonistas. Não apenas a expectativa de vida aumentou, como as desigualdades entre os que vivem mais e menos tempo vêm diminuindo. Paralelamente, ocorreu um encolhimento da descendência, isto é, caiu expressivamente o número de filhos por mulher em idade fértil. Ter filhos passou a ser uma escolha que acompanhou a transição rural-urbana, a massiva presença da mulher no mercado de trabalho, bem como o aumento da escolarização feminina. Não menos intensas foram as mudanças nos arranjos familiares. Há crescente heterogeneidade das configurações familiares. O número de casamentos formais caiu significativamente assim como aumentaram as separações conjugais. Isso não significa, contudo, um enfraquecimento da relevância do modelo familiar nuclear. Diferentemente, as uniões consensuais cresceram exponencialmente, revelando a convivência de múltiplas e mutáveis formas de convivência e de criação de filhos. A despeito da persistência de desigualdades, as margens de liberdade e de escolha aumentaram muito para as mulheres neste último meio século.

EC – Em termos de mercado de trabalho no Brasil, quais mudanças tiveram maior impacto?

Marta – A queda da desigualdade no mercado de trabalho inicia apenas no final dos anos 1990. Esta trajetória é em grande parte explicada pela expansão – tardia, porém massiva – da oferta de ensino no Brasil a partir dos anos 1990. Portanto, a “onda que levantou o barco” no mercado de trabalho não é contemporânea do momento em que o barco é levantado, como ocorre com as de transferência de renda ou de valorização do salário mínimo. Diferentemente, esta é resultado de políticas implementadas em momentos anteriores no tempo. A queda da desigualdade no mercado de trabalho está associada à trajetória da política educacional.

EC – Quais as principais conclusões da pesquisa e que projeções podem ser feitas?

Marta – Sob o regime democrático contem-

ENTREVISTA

porâneo, as dimensões mais inaceitáveis das desigualdades sociais no Brasil foram bastante reduzidas. A fusão de vantagens em uma pequena parcela da população e a distância que a separava de uma grande maioria que acumulava desvantagens em diferentes dimensões foi sensivelmente diminuída. Mas este resultado não foi um subproduto automático da democracia. A relação entre esta e a redução das desigualdades é mediada por políticas. É plausível supor que a competição política e a limitada desigualdade de participação eleitoral

operem como incentivos à adoção dessas políticas. Esta relação não torna menos relevante que o mecanismo que aciona a redução das desigualdades está no desenho das políticas; mais especificamente, na adoção de regras de elegibilidade e de gestão que não apenas reduzam desigualdades de renda, mas também afetem a extensão em que esta opera como um obstáculo para a titularidade em outras dimensões relevantes do bem-estar. A queda simultânea destas desigualdades no Brasil não foi resultado de nenhum fator isolado, mas da com-

binação no tempo do efeito de diferentes políticas orientadas a públicos diferentes, cuja característica comum tem sido a orientação de reverter a longa trajetória de estabilidade da elevada desigualdade no Brasil. É plausível, portanto, supor que o primeiro efeito da democracia sobre a desigualdade seja corrigir seus aspectos mais inaceitáveis. Uma vez atingido este ponto, as sociedades se defrontam com uma decisão crucial que consiste em continuar nesta trajetória ou não. Veremos no futuro próximo quais escolhas a sociedade brasileira fará... **EC**

O **TRABALHO** DO
**GOVERNO
FEDERAL**

EM PARCERIA COM ESTADO E MUNICÍPIOS

AVANÇA
em **PORTO ALEGRE,**
AVANÇA *no* **BRASIL**

► O **Minha Casa, Minha Vida** realizou o sonho da casa própria de mais de **9.700 famílias** na capital. Já são **186 mil moradias** entregues no Estado.

► Na saúde, **120 profissionais** do **Mais Médicos** beneficiam **400 mil pessoas**. E **380 mil** recebem **medicamentos gratuitos** para asma, hipertensão e diabetes.

► Na educação, mais **1.200 vagas** no ensino técnico com o **câmpus Restinga**. E o **Pronatec** beneficia, com qualificação profissional, **60 mil** jovens e trabalhadores.

Saiba mais: brasil.gov.br

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

EXTRAPAUTA

POLÍTICA

Projeto tenta retirar da Petrobras operação do pré-sal

Uma das principais conquistas para a soberania do país em relação à exploração do petróleo, a Lei da Partilha, de 2010, que criou regras para a exploração do pré-sal, está na mira do senador José Serra (PSDB/SP), que quer retirar da Petrobras a função de operadora exclusiva das reservas. Empolgado com as investigações da Operação Lava-Jato, o tucano apressou-se em protocolar no Senado o Projeto de Lei 131/2015, que está tramitando desde março e deve voltar à pauta no segundo semestre. Serra argumenta que as obrigações impostas à Petrobras no regime de partilha na exploração da camada do pré-sal seriam um ônus à estatal

e ao futuro do próprio pré-sal. Mas o vazamento de uma informação após o Wikileaks ter acesso a um telegrama da embaixada norte-americana que atacava o caráter nacionalista da lei do pré-sal não deixa dúvidas sobre o que está por trás do projeto do tucano. Serra, que se empenhara na tentativa de impedir a aprovação da lei do pré-sal, teria prometido à diretora da Chevron no Brasil, Patrícia Padral, que o petróleo brasileiro seria entregue às multinacionais do petróleo: "... As rodadas de licitação vão acontecer e aí nós vamos mostrar a todos que o regime antigo funcionava... e nós mudaremos de volta". Em junho, o projeto foi retirado da pauta por pressão dos movimentos

sociais, dos trabalhadores da estatal, professores e demais profissionais da educação e parlamentares.

Foto: Petrobras/ABR



O que está em jogo

As implicações políticas e econômicas dos recursos do pré-sal ultrapassam as fronteiras nacionais e envolvem toda a América do Sul. Segundo a Associação Latino-Americana de Integração Petrolífera (Alip), na última década foram descobertas reservas estimadas em aproximadamente 100 bilhões de barris de petróleo que representam a sua autossuficiência no setor. A maioria dessas reservas, quase 80%, vem do pré-sal brasileiro.

Retrocesso para a educação

As investidas do mercado internacional contra a Petrobras e o pré-sal representam uma ameaça à educação no país no curto prazo. O Plano Nacional de Educação definiu 20 metas para a ampliação do ensino público, como garantir que até 2023 ao menos 10% do PIB sejam investidos na educação. A Lei dos Royalties, de 2013, destina para o ensino público 75% dos recursos dos

royalties e participações – e 25% para a Saúde. O Fundo Social Soberano, instituído pela Lei 12.351/2010, que estabelece o regime de partilha para o pré-sal, é um instrumento que assegura o cumprimento das metas do PNE. Isso porque metade dessa arrecadação de recursos excedentes, estimada atualmente em R\$ 5,8 bilhões, é o que vai garantir os 10% do PIB.

CENTRO

[f/senacrsocial](https://www.facebook.com/senacrsocial)
[@senacrs](https://twitter.com/senacrs)
[@senac_rs](https://www.instagram.com/senac_rs)

**QUER
CRESCER?
VEM
PRA CÁ.**

Pós-Graduação

senac

Presencial e
a Distância

Inscrições
abertas

Faculdade Senac Porto Alegre

- Comunicação e Marketing Estratégico
- Gestão de Moda
- Gestão de Negócios
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas

Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas

- Gerenciamento de Projetos
- Gestão de Negócios
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas

Senac Bagé

- Especialização em Gestão de Negócios

Senac Caxias

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas
- Segurança da Informação

Senac Erechim

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas

Senac Lajeado

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas

Senac Passo Fundo

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas

Senac Rio Grande

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas

POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO DO CURSO EM ATÉ 100%. SENACRS.COM.BR/POS

Conheça também as opções de cursos de pós-graduação a distância em: ead.senac.br/pos-graduacao

20%

de desconto para
comerciários*

*Esta opção não se aplica para cursos de pós-graduação a distância.

Da sala de aula para o mundo

Tecnologia desenvolvida por estudantes gaúchos é reconhecida por ajudar a resolver problemas do dia a dia, salvar vidas e preservar o ambiente



Foto: Renaldo Fontes/Ascom Rede Marista

Equipe do Marista Pio XII, que conquistou o prêmio principal da *First Robotics Competition*, durante debate no Fórum Internacional Software Livre

► Por Adriana de Barros Machado

extraclasse@sinprors.org.br

Para além do uso massivo dos dispositivos móveis e da iniciação em robótica, a tecnologia está cada vez mais presente em sala de aula e produz soluções práticas para problemas do cotidiano. Em algumas instituições de ensino do Rio Grande do Sul são desenvolvidos projetos de natureza criativa e promissora em diversas áreas. Em comum, objetivam a solução de algum problema ou demanda de mercado específico, auxiliam a busca do conhecimento e algumas invenções promovem a inclusão, ajudam a salvar vidas e preservar o meio ambiente. A maioria das iniciativas tem potencial para se transformar em empreendimento e conta com o incentivo dos professores e apoio das instituições de ensino. No estado, existem 187 empresas gestadas a partir de projetos criados no ambiente escolar e quase 40% dos novos empreendedores têm entre 18 e 34 anos.

Estudantes da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, de Novo Hamburgo, Lucas Joner da Silva e Gabriel Elias Fernandes, ambos de 18 anos, criaram um *Dispositivo de registro sequencial para veículos*. A proposta é instalar câme-

ras nos para-choques dianteiros e traseiros do automóvel, nos espelhos laterais, retrovisor e também na parte interior. O professor Jocemar Felício Bueno explica que a intenção é registrar toda a movimentação que ocorrer junto ao veículo, cobrindo os pontos cegos com câmeras. “Você estaciona o carro no supermercado, por exemplo, e alguém bate, risca ou tenta furtá-lo. O sensor detecta a presença do estranho e tira fotos em 360º”, explica. Essa é a primeira etapa. A próxima, ainda em desenvolvimento pela dupla, consiste em enviar as imagens do incidente, em tempo real e tiradas de 3 a 4 segundos, para o celular do proprietário.

Com o projeto, Lucas e Gabriel conquistaram o primeiro lugar na edição do ano passado da *Mostratec*. A feira de ciência e tecnologia realizada anualmente pela Liberato está completando 30 anos e, em 2015 será realizada de 26 a 30 de outubro no Centro de Eventos da Fenac. Composta pela *Mostra Brasileira e Internacional de Ciência e Tecnologia*, *Seminário Internacional de Educação Tecnológica*, *Jogos Mostratec*, *Robótica Educacional* e

Mostratec Júnior, o evento conta com a participação de 500 projetos de pesquisa brasileiros e de mais 20 países, de autoria de alunos do ensino fundamental, médio e da educação profissional de nível técnico, de 14 a 20 anos.

Os autores do projeto que zela pela integridade



Foto: Leonardo Savaris

Lucas e Gabriel, do Liberato, criaram sistema de câmeras que blinda automóveis contra danos ou furtos

de veículos estacionados em locais públicos fazem parte de um grupo de jovens para o qual o êxito em competições nacionais e internacionais de iniciação científica e tecnológica deixou de ser novidade. “Já ganhamos centenas, quase milhares de prêmios”, afirma com orgulho o diretor executivo da Liberato, Leo Weber. Ele enfatiza que a instituição adota o método científico como ferramenta pedagógica, o que normalmente só ocorre no ensino superior. Todos os anos, os alunos viajam para os Estados Unidos para participar de uma das maiores feiras de ciências do mundo, a *Intel ISEF*, que abrange 14 áreas do conhecimento. “O número de troféus conquistados em eventos tecnológicos, sociais e culturais aumenta a cada ano”, resume.

ROBÓTICA – A equipe de robótica *Under Control 1156*, do Colégio Marista Pio XII, de Novo Hamburgo, conquistou um feito inédito nos Estados Unidos este ano. Os estudantes participaram de duas etapas regionais da *First Robotics Competition*, considerada o maior desafio de robótica educacional para ensino médio do mundo, e voltaram com o *Chairman's Award*, o prêmio mais prestigiado da competição, conquistado na etapa de Long Island, entre os dias 26 e 28 de março. Todos os aspectos do projeto são colocados à prova pelos jurados: criação, participação do robô e aspectos sociais, levando em consideração o envolvimento com a comunidade. Segundo Filipe Ghesla, instrutor do time, este foi o maior resultado alcançado pela equipe em 13 anos de atuação. Ele explica que a robótica educacional integra o currículo de 14 unidades da rede Marista, a partir da educação infantil.

O projeto *Recondicionar – Ecopontos Maristas*, do Polo de Formação Tecnológica da instituição, em Porto Alegre, incentiva a preservação do meio ambiente a partir do reaproveitamento criativo de materiais eletrônicos descartados. Os resíduos são utilizados pelos próprios educandos como suplementos e para algumas atividades educativas. Engrenagens e pequenos motores são destinados à Robótica Livre, enquanto peças menores servem para a construção artística, como mosaicos, expostos na *Semana Meta Arte*. “A tecnologia favorece que estudantes melhorem sua aprendizagem por meio de videoaulas, ambientes virtuais ou grupos de estudo utilizando aplicativos como WhatsApp ou similares. Nesse cenário é necessário que professores exerçam o papel de mediadores na construção do conhecimento”, reforça o supervisor de Tecnologias Educacionais, Silvio Langer.

Projetos que se transformam em empreendimentos

Dos 3.558 projetos cadastrados pela Associação Brasileira de Startups (ABS), 5%, ou 187 empreendimentos são oriundos do RS e, desses, 118 estão em Porto Alegre. A evolução de projeto para empreendimento, alerta o gerente executivo da ABS, Guilherme Junqueira, deve sistematizar conceitos fundamentais: escalabilidade, repetibilidade, flexibilidade e rapidez, além de equipes enxutas. “Não basta ter uma boa ideia. É preciso atrair e reter clientes de forma a ganhar espaço de mercado em escala”, aconselha. São cuidados essenciais, já que o índice de mortalidade das *startups* é alto. De acordo com levantamento da Fundação Dom Ca-

Incubadora de empresas valoriza experiências

Ao chegar ao ambiente acadêmico muitos acabam descobrindo a possibilidade de inserir a tecnologia na futura profissão e ter lucros com isso. Com a proposta de atender essa urgência de quem precisa tirar o projeto do papel e lidar com questões práticas, a PUCRS criou o projeto *Startup Garage*, um espaço de acolhimento de projetos de base tecnológica e inovação. O ambiente propicia aos alunos de vários cursos da instituição, comunidade, professores e funcionários, o amadurecimento e o detalhamento das ideias apresentadas, incentivando a concretização de um negócio.

As aulas, ministradas na Raiar, uma incubadora de empresas, nos turnos da manhã e tarde, contam com mentorias de advogados, empresários, psicólogos, professores, investidores. A média de idade dos estudantes é 22 anos e participam 50 pessoas. Na seleção foram escolhidos 20 projetos (dez para o turno da manhã e dez para a tarde). Para participar, é preciso que ao menos um integrante do grupo tenha vínculo com a Universidade. São quatro encontros semanais: nas terças e quintas-feiras, das 9h às 11h30, e nas quartas e sextas-feiras, das 14h às 16h30. A formação é gratuita e dura três meses. A segunda edição do projeto iniciou no dia 17 de maio e termina em 10 de setembro.

O modelo adotado é muito parecido com o praticado no Vale do Silício, polo de ciência e tecnologia do estado norte-americano da Califórnia, no qual o mais importante é a experiência, independente do sucesso do empreendimento. “É possível ver aqui no Brasil as escolas se moldando, querendo ter espaços mais criativos. Isso é muito bom, pois quando o estudante chega ao nível universitário estará mais preparado para o sucesso”, avalia Leandro Pompermaier, coordenador do Programa *Startup Garage*.

APLICAÇÕES – Luiz André Mota, de 26 anos, estudante de Física da PUCRS, é autor de um projeto de marca-passo temporário e descartável (com duração de seis dias) para atender os hospitais do interior que não têm condições de adquirir um aparelho convencional. Lucas Almeida, 25 anos, aluno de Design Gráfico, e os amigos Jonathan Andrade, 24, e Caio Rodrigues, 19, ambos da Ciência da Computação e ainda Francisco Ferreira,

24 anos, de Sistemas de Informação, são os responsáveis pelo *WeCare*, um aplicativo que gerencia, integra e administra a relação do paciente e seus familiares e o médico. “É uma espécie de prontuário único, contendo consultas e remédios”. Os inventores explicam que o software e a plataforma web permitem o acesso a todas as informações sobre o paciente, inclusive o histórico de medicamentos e exames.

Luiza Wapler, 29 anos, formada em Administração de Empresas pela PUCRS, e o irmão dela, Gustavo Wapler, 31, aluno do mesmo curso, são autores de uma locadora de carros adaptados para pessoas com necessidades especiais. “Sofri um acidente e sei das dificuldades que as pessoas com necessidades especiais enfrentam em relação à mobilidade. O mercado automotivo específico é pouco explorado”, explica Gustavo. Rayan Maluf, 23 anos, estudante de Engenharia de Controle e Automação, criou um sistema de rastreamento automotivo para recuperar veículos furtados. “De forma remota faremos a interceptação do veículo. É um dispositivo alternativo para acionamento do motor do carro emitido por sinais de antenas de telecomunicações. As portas e os vidros são bloqueados e a aceleração cancelada”, revela.



Alunos da PUC contam com incubadora de empresas: espaço para o aperfeiçoamento de projetos de base tecnológica e inovação

Foto: Igor Sperotto

endedorismo experimental, perfil empreendedor, modelagem de negócios, testes de mercado, investimentos, marketing digital e vendas. “Além disso, temos previsto mentorias com profissionais de mercado e apresentação para investidores”, informa Lubianca Neves da Motta, gestora de projetos de educação empreendedora. “O RS, com as relevantes instituições de ensino, com o capital humano qualificado e áreas de expressivo potencial demonstra que com articulação e investimento a consolidação é possível”, complementa Pedro Valério, da Câmara Americana de Comércio (Amcham) em Porto Alegre.

COMPORTAMENTO

POLÍTICA

Por que a cultura autoritária avança

O pensamento liberal-conservador usa a injúria, o preconceito e a violência para impor suas prioridades. E elas não passam pela democracia



Foto: Lucio Bernardo Jr./Agência Câmara

Truculência da polícia legislativa contra manifestantes durante a votação da PEC da Maioridade, em junho, na Câmara dos Deputados: o triunfo do pensamento binário

► Por Flavia Bemfica

extraclasse@sinprors.org.br

Xingamentos pesados nas redes sociais, agressões físicas nas ruas, incitação à violência, uso desrespeitoso da imagem de personalidades públicas, afirmações favoráveis a crimes como estupro e racismo, manifestações pedindo a volta da ditadura militar, disseminação do ódio. É longa a lista de fatos que traduzem a intolerância que tomou conta do Brasil. Um dos exemplos mais característicos envolve a autoridade política máxima do país: a presidente Dilma Rousseff (PT).

De forma recorrente, e sob o manto da liberdade de expressão, internautas e manifestantes ‘descontentes’ com o governo; eleitores que preferiam outro presidente ou partido; e adversários (conhecidos ou nem tanto) se referem a Dilma com termos como: *poste, vaca, puta, burra, retardada, vagabunda, terrorista, anta, traficante, bandida, ladra, quadrilheira...* No episódio mais recente, um adesivo comercializado na internet para ser fixado na lateral de veículos retratava a presidente de pernas abertas, de forma que, quando o carro fosse

abastecido, a bomba de gasolina seria introduzida na parte do adesivo que representava a vagina.

“Existe uma brutalização da sociedade brasileira, na qual o pensamento é cada vez mais binário. Soma-se a isso uma história de formação tecnológica com um nível de anonimato maior, associado à não imputabilidade. Assim, se deu visibilidade àquilo que normalmente não tinha direito de circulação. E, claro, não tinha esse direito justamente por que se tratava de injúria, preconceito e crime”, considera o professor do Departamento

de Filosofia da USP, Vladimir Safatle.

Na avaliação do filósofo, em outros momentos da história do país as agressões também ocorriam, mas não tinham a visibilidade que se tornou viável com a tecnologia que envolve aplicativos e redes sociais vinculados à internet. Além disso, os mecanismos de represamento estão 'frouxos' ou deixaram de existir. "É inconcebível que em uma democracia um sujeito vá para a rua para pedir golpe militar. Em qualquer democracia consolidada do mundo isso dá cadeia, porque é crime", assegura ele.

Então a sociedade brasileira não tem uma democracia consolidada? "Claro que não. Entre uma democracia e uma ditadura existem muitas variações. O Brasil é uma neodemocracia. Existem democracias que possuem vários elementos de ditaduras. É o nosso caso", responde Safatle. Entre eles, elenca o professor, está um aparato policial 'descontrolado', protagonista de maior número de casos de tortura do que na época dos 'anos de chumbo'; a permeabilidade de interesses econômicos dentro do governo; e a forma como o Congresso Nacional tem funcionado, desrespeitando, em vários episódios, suas próprias normas e os preceitos constitucionais em favor do atendimento da vontade de seu dirigente.

Os que se dedicam a explicar o momento atual apontam para um 'caldo' que envolve muito mais do que o tão propalado ódio de classe: há um Es-

tado com dificuldades históricas em cumprir suas funções; um sistema educacional falho; escassez de informação qualificada; excesso do chamado 'lixo informativo'; cultura autoritária; violência; individualismo crescente; desorganização quase generalizada e uma frustração muito forte da sociedade, que não vê atendidas demandas básicas. A intolerância se mostra tão aguda que faz especialistas começarem a questionar mudanças nos fatores que envolvem a afetividade.

"O Brasil está passando por um processo de desumanização das relações sociais. É um movimento forte e rápido, e antagônico à pauta em vigor entre os anos 1970 e 1990, de conquistas dos movimentos como os feministas e negros, e de preocupação com causas envolvendo justiça", destaca o coordenador do Núcleo de Estudo em Organizações, Segurança Pública e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais e professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Emil Sobottka.

O professor vai além, estabelecendo uma relação entre o momento atual e as características da



Foto: Marcos Santos/USP Imagens

Para Safatle, da USP, esquerda está desarticulada

sociedade brasileira. "Nunca tivemos um tipo de democratização em que nos aceitamos como iguais. Isso perpassa todas as classes sociais. Existe, por exemplo, em nossa sociedade, a concepção de que você sempre pode ou precisa usar um pouco de violência contra o mais frágil. Isso fica muito evidente na incidência de casos de violência de homens contra mulheres ou de pais contra filhos nas famílias. Há problemas envolvendo a noção de ética e pessoas que consideram outras pessoas como seu instrumento ou sua propriedade", explica Sobottka.

A sombra do protofascismo e a esquerda imobilizada

Um segundo fenômeno acontece ao mesmo tempo em que ocorre a radicalização de posições no país: é o avanço das ideias de direita, dentro

e fora do campo da política. Com uma celeridade que tem espantado pensadores e cientistas sociais, o ideário de direita impregnou partidos e parcelas significativas da sociedade. Sua pauta está na 'ordem do dia': inclui a defesa da redução da maioria penal (e não raro da pena de morte); a diminuição da presença do Estado nas chamadas atividades não essenciais e na economia; o fim de auxílios financeiros para a população de baixa renda; a ridicularização de parte das reivindicações que tratam de direitos humanos; a rediscussão de parte de direitos de trabalhadores e a retirada da presidente da República do cargo.

"Abre-se a perspectiva para os próximos anos de uma hegemonia liberal-conservadora, em grande parte por responsabilidade de uma pretensa esquerda que ocupou espaços no aparelho do Estado. Nesse contexto, fortalecem-se também propostas mais à direita", projeta o professor titular de Direito Constitucional da Ufrgs e da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), Eduardo Carrion.

"Havia um equilíbrio na política, porque existia um contraponto. Só que a esquerda está completamente desarticulada. O que me causa estranheza não é a ala protofascista da sociedade. É a esquerda não conseguir mais colocar 300 mil ou 400 mil pessoas na rua. A esquerda paga o preço do *lulismo* e de uma situação mundial muito desfavorável. O que provavelmente ainda veremos é uma tradução partidária de todo esse movimento conservador", completa o filósofo Vladimir Safatle.

Para o professor Emil Sobottka, o que ocorre no campo das instituições políticas é ilustrativo do

momento atual. "Em qualquer democracia é inadmissível o que ocorreu no Brasil após as eleições, o fato de o derrotado negar-se a reconhecer a derrota,

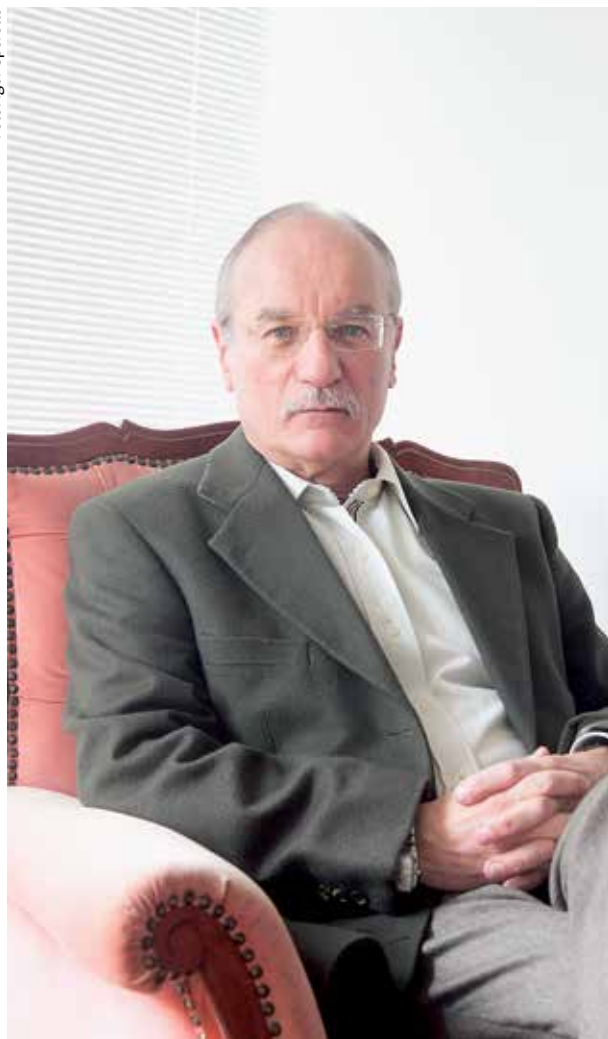


Foto: Igor Sperotto

Carrion alerta para risco de uma hegemonia conservadora



Foto: Igor Sperotto

Direita faz militância contra a igualdade, diz Sobottka

COMPORTAMENTO

por exemplo.” O movimento também pode ser identificado, segundo o professor, pelas posições adotadas pelo PSDB, a sigla que, em tese, representaria a democracia social. Na prática, parte significativa do partido aderiu a bandeiras como a redução da maioridade penal e, diariamente, alimenta articulações que visam a queda do governo eleito pelo voto.

No campo político-partidário, parte dos representantes da direita militante se coloca contra questões como a legalização da união civil homoafetiva e do aborto. Mas não há uma unanimidade, uma vez que outra parte dos chamados conservadores incor-

porou a defesa destas questões (historicamente vinculadas à esquerda) e, na sociedade de modo geral, as opiniões se apresentam difusas. Há defensores de um novo golpe militar que apoiam a união homoafetiva. Militantes de esquerda que se posicionam contra o aborto. E praticantes silenciosos de violência contra crianças e mulheres à direita e à esquerda.

No processo em curso, a sombra do extremismo vem ganhando vulto. Termos como ‘ratos’ e ‘piolhos’, utilizados na Alemanha nazista em alusão aos judeus, circulam em páginas de parte de militantes da ‘nova direita’ para definir adversários no

campo das ideias. Discursos inflamados em defesa das ‘pessoas de bem’, violência política, culpabilização de vítimas, não reconhecimento do direito de manifestações contrárias de pensamento e criminalização de posições divergentes completam um repertório perigoso.

“O que surpreende é que há muitas décadas não havia uma direita que, militantemente, se coloca contra a igualdade universal, com pautas muito claras, conservadoras, e que vão na contramão de uma maior democratização da sociedade”, destaca Sobottka.

**Conheça o nosso
Plano de Negócios
e Gestão em
petrobras.com.br/png**

**CONFIAR
NA NOSSA
CAPACIDADE
DE REALIZAÇÃO.
PLANEJAR
O FUTURO.
SEGUIR
EM FRENTE.**

**Continuamos avançando em direção ao futuro.
Divulgamos o Plano de Negócios e Gestão 2015-2019.**

Esse é o nosso comprometimento com resultados e com o equilíbrio dos nossos negócios. Vamos investir **US\$ 130,3 bilhões** até 2019 e chegar à produção de **2,8 milhões de barris** de petróleo por dia no Brasil em 2020. Estamos focados na eficiência, trabalhando para garantir nossa competitividade. **Seguir em frente é o que a gente faz. Todos os dias.**

BR PETROBRAS

Ministério de
Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

o desafio é a nossa energia



APARTE / MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

A economia e a política: confluência de crises?

Nas últimas semanas, o noticiário da imprensa brasileira parece sinalizar uma confluência entre as crises econômica e política, aumentando a sensação de instabilidade no cenário político. Aos desdobramentos das denúncias da Operação Lava-Jato e à tentativa de envolver o ex-presidente Lula nestas denúncias, somaram-se notícias sobre os efeitos negativos da política de ajuste fiscal sobre indicadores como emprego, PIB e inflação. Além disso, várias categorias de trabalhadores, dos setores público e privado, intensificam mobilizações e organizam greves contra essa política e seus derivados.

Em um artigo intitulado *Todos contra o governo e o governo contra si mesmo*, Aldo Fornazieri, professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, resumiu do seguinte modo o que aguarda o governo Dilma nos meses de agosto e setembro:

“Em agosto, as manifestações contra o governo voltarão às ruas, aumentando o cenário de incertezas. Se forem significativas e massivas, o quadro político deverá se deteriorar e a pressão pelo *impeachment* ganhará força. Setembro promete ser um mês fatal para o governo: devem confluir manifestações de rua, dissídios salariais e greves, julgamento no Tribunal Superior Eleitoral da ação movida pelo PSDB, possível decisão do TCU sobre a aprovação ou rejeição das contas de 2014 e agravamento da crise da Lava-Jato por conta do indiciamento de políticos”.

Contração do PIB e alta da inflação

Na economia, as notícias das últimas semanas não foram exatamente animadoras. As preocupações com os possíveis efeitos recessivos do ajuste fiscal parecem que começam a se confirmar. O governo federal anunciou, para este ano, uma contração de 1,49% do Produto Interno Bruto (PIB), maior do que a prevista anteriormente, de 1,2%, e também elevou a previsão da inflação para 2015, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para 9%, superior à projeção de alta de 8,26% feita antes. As mudanças estão no *Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas* divulgado dia 22 de julho pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A projeção do mercado financeiro para o PIB é uma retração ainda mais acen-

tuada, de 1,7%. Para a inflação, investidores e analistas esperam alta de 9,15%. As informações estão no boletim *Focus* (do Banco Central) divulgado dia 20 de julho. Em junho, a indústria teve queda na produção e no emprego. De acordo com a sondagem do setor, divulgada terça-feira pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o índice de produção continuou abaixo dos 50 pontos e alcançou 40,3 pontos no mês passado, 1,4 ponto inferior ao observado em maio. O desemprego em junho ficou em 6,9%, 2,1 pontos percentuais acima do registrado em junho do ano passado (4,8%), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a maior taxa de desemprego para o mês desde 2010, quando o índice chegou a 7%.

Contra esse cenário pessimista, o governo prepara uma ofensiva para tentar sair das cordas e retomar a ofensiva política. Em reuniões realizadas no final de julho, o núcleo político do governo preparou uma agenda de atividades populares para entrar em operação já no início de agosto, com objetivo de dar uma guinada nos índices negativos da presidente diante da população. Dilma fará viagens, anunciará programas e reforçará marcas populares do primeiro mandato. Além disso, pretende conversar com os movimentos sociais próximos ao PT, se reunirá com os governadores e retomará as atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

A pesquisa CNT/MDA divulgada dia 21 de julho colocou mais lenha na fogueira da instabilidade política que cerca o governo. Segundo o levantamento, a avaliação positiva do governo Dilma Rousseff caiu para 7,7%. A avaliação negativa passou de 64,8%, em março, para 70,9% no levantamento realizado entre os dias 12 e 16 de julho. Foram ouvidas 2.002 pessoas, em 137 municípios. A última pesquisa, divulgada em março, tinha mostrado que 10,8% das pessoas ouvidas consideraram positiva a avaliação do governo. Com o atual resultado, o governo teve a menor avaliação positiva registrada pela pesquisa desde outubro de 1999, quando o desempenho do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso foi aprovado por 8%.

Uma greve nacional de servidores?

O movimento sindical está intensificando sua mobilização contra os efeitos da política de ajuste fiscal. Os servidores públicos federais realizaram diversas assembleias nas últimas semanas para discutir a proposta de reajuste salarial feita pelo governo e decidir se aderem ou não à uma greve nacional da categoria. Os servidores querem reajuste salarial de 27,3% no ano que vem,

e a proposta do governo é 21,3% parcelados em quatro anos. Entre as categorias que já entraram em greve estão os funcionários da Previdência Social, professores universitários e integrantes dos quadros técnico-administrativos das instituições federais de ensino superior. Estes são alguns dos elementos do cenário que aguarda o governo Dilma no mês de agosto.



Fretamento Planalto

O melhor da viagem começa aqui.

Eventos | Excursões | City Tour | Translados | Passeios Culturais
Negócios | Turismo Receptivo | Formaturas | Feiras
Viagens Escolares | Fretamento Contínuo | Shows
Viagens Internacionais | Associações de Classe | Agências de Viagem

ENTRE EM CONTATO CONOSCO:
fretamento@planalto.com.br
planalto.com.br
(51) 3374-9743 (51) 8451-9725



Yes, nós temos

orgânicos



Foto: Igor Sperotto

Getúlio Machado é um dos pioneiros da agricultura de base ecológica nos assentamentos do MST na Grande Porto Alegre: referência de produtividade e geração de renda

Cresce a oferta de produtos agroecológicos, mas somente a demanda não é suficiente para massificar o acesso aos alimentos livres de veneno, como já ocorre em outros países

► Por Gilson Camargo

gilson.camargo@sinprors.org.br

Se de um lado o consumo de produtos orgânicos cresceu, embora represente menos de 1% do total comercializado, por outro, os mais de 99% restantes ainda contribuem para a estatística brasileira de crescimento do consumo de agrotóxicos *per capita*. De acordo com estudo da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), de 2000 a 2012 o aumento de toneladas de agrotóxicos compradas no Brasil foi de 162,32%, muitos deles já proibidos em outros países. Em 2011 cada brasileiro ingeria 5,1 litros de agrotóxicos por ano, hoje, são 7,3 litros. Uma forma bem simples de mudar essa realidade está ao alcance de qualquer cidadão. Passa por uma equação econômica simples: aumentar o consumo de orgânicos faz crescer a produção e também torna mais sustentável o que faz crescer a produção e, como isso, amplia a fatia de mercado para esses produtos, inclusive impactando no preço.

“Hoje, no Brasil, 85% da população vive nos centros urbanos. Portanto, se essa massa de gente não se mobilizar para transformar o modelo de produção e consumo de alimentos, dificilmente teremos mudanças. Comprar orgânicos pode ser um começo, mas compreender que seu alimento vem da agricultura camponesa e não do agronegócio é ainda mais importante. E é exatamente essa agricultura camponesa a única via possível para conseguirmos uma alimentação de qualidade, para quem produz, quem consome e para o meio ambiente. E isso só é possível a partir de uma verdadeira reforma agrária que acabe com a concentração de terras que temos intocada desde 1500”, defende Alan Tygel, membro da coordenação nacional da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e um dos autores do livro *Dossiê Abrasco, um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*, lançado este ano.

Segundo Tygel, mesmo se considerando o alimento orgânico como simplesmente o que não utiliza agrotóxicos nem fertilizante químico pode-se massificar o acesso, como já ocorre na Europa, mas não resolveria a questão que ele considera central, que é a injustiça social e ambiental que afeta camponeses, indígenas e quilombolas. “Nesse sentido, trabalhamos com a visão mais ampla da agroecologia como modelo de produção de alimentos e de vida saudável no campo. E para avançar nessa pauta, temos pressionado o governo para implementar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que possui várias ações nesse sentido, inclusive um plano de redução de agrotóxicos”, argumenta. Para ele, é fundamental compreender que essa é uma luta política, que deve ser assumida de frente pelo povo da cidade e do campo, para juntos transformar o modelo de produção de alimentos para a matriz agroecológica.

Setor vive momento de expansão

De pequenas unidades produtivas a agroindústrias, a agricultura orgânica vive um período de expansão. Impulsionado pela demanda por alimentos cultivados sem o uso de agrotóxicos e de baixo impacto ambiental, o setor conquista novos nichos de consumo e o número de produtores que migram da agricultura convencional para a orgânica não para de crescer. Levantamento do Ministério da Agricultura, de janeiro deste ano, mostra que o total de agricultores certificados duplicou em 12 meses e já passa de 10,5 mil produtores – podendo atingir 30 mil até 2019. No Rio Grande do Sul, ao menos nos últimos dez anos, a agricultura familiar vem respon-

dendo por mais da metade das receitas provenientes da atividade agropecuária.

O último censo agropecuário do IBGE, com dados de 2006, já apontava que o setor movimentou R\$ 6,9 bilhões de um total de R\$ 13,9 bilhões, ou seja, de cada R\$ 100,00 gerados pela agropecuária, R\$ 49,60 vêm de uma unidade de produção familiar. De um total de 65,7 mil explorações familiares, 82,6% declararam renda: média anual de R\$ 22 mil, ou R\$ 1.836,54 mensais. A maior parcela dos rendimentos (64,4%) provém do cultivo e comercialização de produtos de origem vegetal e 20% de origem animal, além da produção de insumos e

prestação de serviços. O próximo censo será divulgado em 2016.

A agricultura de base ecológica dos assentamentos do MST são referência de produtividade e geração de renda no estado. Envolve 13,4 mil famílias em mais de 300 assentamentos de reforma agrária em todas as regiões e 19 cooperativas voltadas à agroindustrialização e comercialização da produção agrícola. Na Grande Porto Alegre, são 11 assentamentos que produzem hortaliças, frutas e verduras para o abastecimento de entidades populares e assistenciais, público consumidor estimado em 35 mil pessoas.

Agricultura ecológica gera emprego e renda

Organizada em nível federal a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, e no estado pelo Programa da Agricultura Familiar (PAF), em 1999, a produção agrícola de base ecológica, assim como a agroindústria familiar (de transformação) representa um importante fator de permanência ou retorno dos jovens à atividade agrícola, como ressalta o engenheiro agrônomo aposentado Nilo Cortez. Técnico da Emater/RS em Lajeado por 38 anos, ele foi professor da disciplina de Agroindústria do curso de Administração da Univates durante 18 anos. Segundo Cortez, se as unidades familiares antes apenas produziam para terceiros comercializarem, após a implantação do Programa da Agroindústria elas se estruturaram de uma forma bem definida: o pai produzia, a mãe beneficiava e os filhos comercializavam. Isso fez com que algumas indústrias fechassem quando um membro da família adoecia. “A valorização da agroindústria trouxe a perspectiva de renda para os jovens que dificilmente vislumbravam ganhar R\$ 1,2 mil por mês dentro da propriedade rural. E as universidades tiveram papel primordial nesse processo ao adotarem disciplinas direcionadas para a formação em gestão, sucessão familiar e comercialização no âmbito da agricultura familiar”, ilustra. Nos Vales do Rio Pardo, Taquari e Caí estão em atividade pelo menos 320 agroindústrias que começaram na informalidade e se transformaram em pequenas empresas e outras já nem participam mais do programa, pois tornaram-se independentes. “As dificuldades não estão na falta de mercado, pois o consumo sempre esteve em crescimento; mas na escassez de matéria-prima, carência de mão de obra e dificuldades de gestão. O desafio é fazer a produção acompanhar a indústria e a procura dos consumidores”, aponta.

“O momento é bom, mas a agricultura orgânica precisa superar a condição de nicho e se tornar uma proposta mais ampla, de mudança do modelo de produção”, pondera o engenheiro agrônomo Gervásio Paulus, da Emater/RS. O caso do arroz orgânico, que superou as barreiras da produção em escala e beneficiamento, é exemplar dessa transição. Produzida em 12 municípios, a orizicultura de base ecológica ostenta crescimento de 20% ao ano, com estimativa de 21,3 mil toneladas para a safra 2014/2015, a maior da

América Latina. “Cada vez mais produtores migram para a produção de arroz orgânico, que cresce nos momentos de crise devido ao investimento menor e ao reduzido grau de dependência”, explica o engenheiro agrônomo do Irga Pelotas, André Luiz Oliveira.

Rogério Dias, coordenador de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), ressalta que, apesar das dificuldades, o mercado está cada vez mais estruturado e há um crescimento na adesão dos produtores brasileiros ao mercado de orgânico, que além de alimentos mais saudáveis promove a conservação e a recomposição dos ecossistemas. “A agricultura orgânica está deixando de ser vista como uma opção de poucos”, projeta. O número de produtores cadastrados cresceu 51,7%, de 6.719 em janeiro de 2014 para 10.508 em janeiro de 2015. Segundo Dias, a expectativa é de que até em 2019 esse número chegue a 30 mil produtores. Os agricultores cadastrados como produtores orgânicos estão concentrados no Nordeste (4 mil), Sul (2.865) e Sudeste (2.333). As Unidades de Produção aumentaram 32%, de 10.064 para 13.323. Pela primeira vez, a Coordenação de Agroecologia do Mapa apurou a área total de produção orgânica no país: 750 mil hectares. O Sudeste é a região com maior área produtiva, 333 mil hectares, seguido da região Norte (158 mil ha), Nordeste (118,4 mil ha), Centro-Oeste (101,8 mil ha) e região Sul, com 37,6 mil hectares plantados.

CERTIFICAÇÃO – A apuração refere-se a produtores certificados por organismos de controle social ou avaliados segundo os critérios de conformidade, com ou sem certificado. Os pequenos agricultores

que vendem nas feiras orgânicas em uma relação direta com os consumidores dispensam certificado. A certificação direta, que consiste em auditoria da lavoura e concessão do *Selo Brasil Orgânico* para identificação dos produtos é feita por pelo menos oito empresas acreditadas pelo Inmetro e cadastradas no Mapa. Alexandre Harkay, da IBD Certificações, informa que dos 911 produtores orgânicos auditados em 79 municípios gaúchos, 351 atuam no sistema de venda direta. “Houve crescimento em todas as culturas de forma consistente, pois a maioria dos projetos renovou a certificação e por valores mais altos. Isso significa que os projetos tiveram aumento de área plantada e de produção”, completa Luiz Mazzon, da Ecocert.



Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE) é tradição em Porto Alegre desde 1989

Programas de aquisição de alimentos

O consumo também conta com iniciativas como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), lançado pelo governo federal no ano passado, que envolve ações articuladas de dez ministérios e projeta investimentos de R\$ 8,8 bilhões até dezembro na produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimento, comercialização e consumo; o aumento de 20% da verba do Plano Safra da Agricultura Familiar, para R\$ 28,9 bilhões; e as políticas de aquisição de alimentos do governo federal, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1995, que garante a inclusão de produtos da agricultura familiar na merenda escolar. O PNAE determina que ao menos 30% dos recursos do FNDE sejam utilizados na compra de produtos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.

A Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituída em 2012, permite aos estados, municípios e órgãos federais a aquisição de produtos da agricultura familiar de forma simplificada e segura, com recursos próprios, através de chamadas públicas com dispensa de licitação. No dia 8 de julho, a Ufrgs assinou com a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo do RS (SDR) um termo de cooperação para ampliar a participação de agricultores familiares na oferta de alimentos para os restaurantes da universidade através do PAA.

No RS, 15 mil famílias de agricultores estão em fase de transição da agricultura convencional para a orgânica, informa o presidente da Federação dos Metalúrgicos, Jairo Carneiro. "Nessa transição, é necessário equacionar os problemas de distribuição e consumo, pois a produção de orgânicos está em franca expansão", alerta. Na última Convenção Coletiva de Trabalho dos metalúrgicos foi aprovada uma cláusula que prevê a preferência pelos produtos



Foto: Igor Sperotto

Getúlio vende em média 70 caixas de hortaliças produzidas na sua lavoura em Eldorado do Sul

da agricultura familiar para o cardápio dos refeitórios das indústrias. Para o coordenador de Agroecologia do Mapa, a tendência é de manutenção dos recursos para o Planapo II, de 2016 a 2019.

SEMENTES – O cultivo de organismos geneticamente modificados dispensa a produção de sementes crioulas, caso do milho no RS, que é manipulado geneticamente na sua totalidade e, em outras culturas como o feijão, a produção de sementes mingua, estabelecendo um ciclo de dependência do agricultor. "As empresas multinacionais têm mais acesso ao agricultor do que os técnicos do governo e o resultado é que hoje não conseguimos mais comprar milho e soja que não seja transgênico", revelou Rogério Dias, do Mapa, em reunião do Co-

mitê Gestor que está elaborando o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Em 2012, o Programa Troca-Troca de Sementes, da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR) fez uma tentativa de barrar os transgênicos e o resultado foi um déficit superior a 8 mil sacas de sementes de milho. "Toda a produção de semente de milho crioula não atingiu 2 mil sacas", ilustra Alex Rodrigues, diretor-adjunto de Agricultura Familiar da SDR. Em fevereiro, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) de Santa Catarina iniciou a distribuição de 500 toneladas de sementes crioulas de milho e feijão para produtores do Ceará, Bahia, Pernambuco e Alagoas que estão abandonando o cultivo de OGMs.



Foto: Igor Sperotto

Anna-Lena Menna Barreto foi criada na Alemanha e lá era um hábito corriqueiro que abandonou quando veio para o Brasil, em 1994. Desde 2008 voltou a evitar alimentos industrializados. "Não consumo só orgânicos, mas sempre que posso, e isso vale para as carnes também". Para ela, o problema não é falta de demanda. Acredita que todos preferem alimentos saudáveis, mas o custo maior e o reduzido número de pontos de venda influenciam.



Foto: Igor Sperotto

Existem pelo menos seis deliveries orgânicos em Porto Alegre. Em uma delas, a geóloga Bruna Zapparoli e duas sócias entregam 30 cestas por semana com produtos adquiridos direto de produtores orgânicos da Grande Porto Alegre. "Estão descobrindo que o orgânico não é tão caro e que agrega vantagens como o apelo por uma alimentação saudável e além disso o orgânico tem um tempo de validade maior – não deteriora tão rápido".



Foto: Igor Sperotto

A professora de Educação Física Liselena Severo mudou para a alimentação orgânica há cerca de um ano devido aos problemas de saúde que acometiam as duas filhas de 3 e 5 anos. Ela não sabe se há relação entre os problemas respiratórios que as meninas enfrentavam a cada inverno, mas afirma que desde que adotou uma dieta orgânica, por orientação do homeopata, a saúde das filhas melhorou. "A nossa vida no inverno tem sido outra. As crianças nunca mais tomaram antibióticos ou corticóides".



Foto: Igor Sperotto

A opção por alimentos livres de agrotóxicos e a proximidade com os produtores são as motivações do ator Marcos Nicolaiewsky para comprar todos os sábados na Feira dos Agricultores Ecológicos. "São alimentos livres de inseticidas, fungicidas e reguladores de crescimento, que a agricultura convencional utiliza em larga escala e cujos efeitos no organismo ninguém sabe ao certo quais são, especialmente em relação à combinação de substâncias", enumera.

Feiras ecológicas representam alternativa econômica

Aos sábados, a movimentação nas casas dos agricultores do assentamento Integração Gaúcha, em Eldorado do Sul, região Metropolitana de Porto Alegre, começa às 4h, bem antes dos demais dias da semana, em que o trabalho é na lavoura e ninguém fica na cama depois das 6h. A chegada do final de semana desloca os assentados para a colheita e comercialização da produção, que segue em caminhonetes pela BR-290 em direção à capital. O destino é a Feira dos Agricultores Ecológicos (FAE). Ponto de convergência também para consumidores que buscam alimentos produzidos de forma sustentável, a feira é realizada desde 1989 na primeira quadra da rua José Bonifácio, junto ao Parque da Redenção, em Porto Alegre. Getúlio Machado, 45 anos, é um dos primeiros produtores agroecológicos do estado. Há mais de três décadas ele vende na feira quase toda a produção de hortaliças cultivada dentro dos preceitos da agricultura orgânica em uma pequena horta que divide com outros dois agricultores. Parte das verduras, até 20%, é destinada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal.

Exaurida pela criação de gado, a terra que antes do assentamento só produzia pastagens, foi recuperada ao longo dos anos pelos agricultores assentados, com a aplicação de compostos orgânicos à base de esterco de frango. Para combater as pragas da lavoura, nada de químicos: a plantação é pulverizada com um composto de folhas de ervas e pimenta, entre outras

substâncias orgânicas. “Esse relato eu faço diversas vezes ao dia aqui na feira”, explica Machado em meio à intensa movimentação de clientes na sua barraca. “Os consumidores estão cada vez mais exigentes em relação à origem dos produtos e querem ter certeza de que o cultivo é ecológico, sem uso de venenos”. As 70 caixas de alface, rúcula, couve, repolho e outras folhas que abarrotavam a caminhonete naquela manhã de sábado ensolarada de outono desaparecem em poucas horas. “Essa carga é o dobro do que trazíamos no ano passado e pode triplicar que vende tudo”, diz, reiterando que a procura por orgânicos cresce.

É na FAE que o bonequeiro de teatro Marcos Nicolaiewsky, 32 anos, faz as compras da semana. Ele relata que encontra na feira ecológica 80% dos produtos naturais que compõem o consumo da família, de quatro pessoas. O complemento vem de outros pontos de venda de produtos naturais. “Aqui é meu supermercado, com a diferença que na feira o fornecedor é mais confiável”, compara. Marcos chama a atenção para a questão do custo dos produtos da agricultura orgânica, argumento que em alguns casos não se sustenta. “A banana, na feira, custa R\$ 2,00 o quilo. No supermercado é R\$ 3,50. Mesmo quando é mais caro, o orgânico tem uma série de qualidades e representa um custo ambiental e social menor pela forma como foram cultivados”.

Já a estudante de Nutrição Camila Burgel, 21, desconfia que nem as feiras ecológicas estão livres de falsificações. “Acredito que tudo que está aqui foi

produzido sem componentes químicos e sem agrotóxicos e compro porque confio nos produtores, mas também sei que os falsos orgânicos estão em todos os pontos de venda, principalmente nos supermercados”, protesta. A estudante lembra que cabe ao consumidor “conhecer e questionar o fornecedor sobre os métodos de produção dos alimentos, no caso das feirinhas” e, nos estabelecimentos comerciais, “buscar o selo de certificação orgânica dos produtos”.

Um levantamento feito em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) demonstra que os orgânicos são mais caros que os convencionais porque incorporam os custos da produção sustentável. No entanto, os melhores preços são encontrados nas feiras especializadas, ao passo que nos supermercados alguns produtos orgânicos apresentaram preços até 463% mais caros que nas feiras. No primeiro mapeamento feito em 22 capitais, em 2012, o Idec relacionou 140 feiras, número que atualmente passa de 450. Para a coordenadora da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) no Ceará, Cristina Nascimento, as feiras agroecológicas representam “a luta contra a indústria do marketing da comida pronta e das leis em desacordo com a realidade da agricultura familiar”. Além da diversidade de gêneros alimentícios, reúnem “sabores e uma diversidade de produtos que fazem parte do meio rural como flores, ervas, cultura e muito saber. Possibilitam a participação e o envolvimento das famílias agricultoras com os consumidores, a troca de experiências e ensinamentos”.

Agricultura como movimento social

A proposta do movimento orgânico (livrar o organismo de qualquer traço de químicos usados na lavoura) vai além dos apelos por uma alimentação saudável. Na Itália, a Cooperativa Agricultura Capodarco, na Via Tenuta della Mistica, a 30 minutos do centro de Roma, implantou um projeto de agricultura

social que envolve cerca de 50 pessoas no cultivo orgânico, em uma área de 15 hectares doada pela prefeitura. Os beneficiados são cooperados, voluntários e trabalhadores em situação socialmente frágil como imigrantes, pessoas com deficiência e ex-detentos. A produção mensal de até 30 toneladas é vendida na fei-

ra local e por meio de redes de consumo solidário. O cultivo totalmente orgânico é diversificado. Uma das principais culturas é a de morango. Hortaliças como rúcula e alface, ou legumes como abobrinha, beterraba, feijão e aspargos são cultivados em diferentes épocas do ano. No inverno, a plantação é feita em estufas.

EC



**SÓCIO ESPECIAL
PREVIDENCIÁRIO**

**SINPRORS
PREVIDÊNCIA**

**Para filhos, netos, enteados,
pais e avós de associados do SINPRO/RS.**

Contato: KARINA GUIMARÃES
(51) 3027.3128 | (51) 9335.3481
kguimaraes@eletroceee.com.br

**Mostre por que
você é um paizão!**
Ensine seu filho a poupar para o futuro.

INSTITUIDOR
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO
FUNDAÇÃO CEEE
PREVIDÊNCIA PRIVADA
Decisão de um futuro inteligente

PARCERIA ESTRATÉGICA
MONGERAL AEGON
Construa seu amanhã

ENSINO PRIVADO

COMUNITÁRIAS

Professores aprovam proposta para Acordo

Os professores que atuam nas instituições comunitárias vinculadas ao Comung (exceto Unifra) e das escolas maristas e jesuítas, dissidentes do Sinepe/RS, aprovaram a proposta para Acordo Coletivo de Trabalho em assembleia realizada no dia 11 de julho, na Sede estadual, em Porto Alegre.

A proposta reproduz na íntegra o texto das Convenções Coletivas de Trabalho já firmadas com o Sinepe/RS, com destaque para o reajuste salarial de 7,68%, reajuste do reembolso-creche para

R\$ 210,00, antecipação do 13º salário no início de agosto, além da limitação de alunos por turma e da aproximação dos valores hora-aula no ensino fundamental para a educação básica.

“Com aprovação deste Acordo queremos garantir uma base legal para futuras negociações com esse grupo de instituições dissidentes do Sindicato patronal. Por isso, exigimos a renovação das cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho já negociada”, explica Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS. No início de junho, após a conclusão da Negociação

Salarial com o Sinepe/RS, a uma Comissão Sindical Patronal dissidente, manifestou o não reconhecimento das CCTs e a expectativa de discutir um instrumento normativo próprio para o segmento.

O grupo, dissidente do Sinepe/RS desde dezembro de 2014, é integrado pelas mantenedoras das instituições de educação superior PUCRS, Unisinos, Unilasalle, Univates, Feevale, URI, Unisc, UPF, Unijuí, UCS, Unicruz, UCPel, IPA, Urcamp; e pelas escolas de educação básica maristas e jesuítas.

DEBATE

Abertas inscrições para o *Seminário Nacional Profissão Professor*

Estão abertas as inscrições para a terceira edição do *Seminário Nacional Profissão Professor*. Promovido pelo Sinpro/RS, o evento acontece no dia 28 de agosto, em Porto Alegre, no Hotel Embaixador (Rua Jerônimo, 384 – Centro), e terá como tema principal as contradições, lacunas e a necessária articulação entre as legislações educacional e trabalhista. A inscrição é gratuita e deve ser feita pelo site www.sinpro.rs.org.br/profissaoprofessor. As vagas são limitadas.

Seguindo o formato dos anos anteriores, o Seminário será composto de três painéis em que especialistas de diferentes áreas debaterão os temas que afetam a realidade do professor do ensino privado no país. No painel de abertura, que tratará sobre as exigências de formação e os desvirtuamentos contratuais dos professores, estão confirmados Luiz Fernando Dourado, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE). José Felipe Ledur, juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4) e José Geraldo Santana, assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Contee).

Para falar sobre a jornada legal e as exigências de regime

de trabalho docente – as limitações do artigo 318 da CLT –, foram convidados Celso Napolitano, presidente da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp), a deputada federal, Maria do Rosário, além do Coletivo Jurídico do Sinpro/RS. *A educação a Distância – Teletrabalho, docência e tutoria* será o tema do último painel do dia e terá Manuel Martín Piño, integrante da Sociedade Brasileira de Teletrabalho, além de um representante do Ministério Público do Trabalho e um magistrado, ainda a ser definido.

Lançado em 2013, o Seminário Nacional é uma realização do Sinpro/RS e tem apoio da Federação dos Trabalhadores de Ensino do Rio Grande do Sul (Fetee/Sul), Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul (OAB/RS), Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da IV Região (Amatra), Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul (MPT/RS), Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas (Agetra) e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

APOSENTADORIA

Apaepers debate fator 85/95

A Apaepers reúne os professores aposentados para o painel *Professor aposentado: como o fator 85/95 pode interferir no seu benefício*, em Porto Alegre e em Santa Maria, nos dias 7 e 10 de agosto, respectivamente. O evento conta com a presença do advogado e especialista em Direito Previdenciário, dr. Daisson Portanova, que aborda o que é e como funciona o fator 85/95; desaposentação e redução do fator 85/95 para professores regentes de classe (educação básica).

ASSEMBLEIA PATRONAL

Controvérsia marca criação de novo sindicato

No dia 28 de julho, a assembleia patronal para criação do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Instituições Comunitárias de Educação e de Instituições de Educação Sem Fins Lucrativos do Rio Grande do Sul, realizada no auditório do Rossi Business Park, na capital, foi marcada por controvérsia. A assembleia foi convocada pela Comissão Pró Criação da nova entidade via Diário Oficial da União. Na ocasião, representantes de diversas mantenedoras contrários à criação da nova entidade foram impedidos de entrar no auditório pelos organizadores sob as mais diversas alegações.

A assembleia das instituições dissidentes do Sinepe/RS, que contou com representantes oficiais de instituições de educação superior e básica, aprovou a criação do novo sindicato, de seu estatuto e de uma diretoria provisória. Do lado de fora do auditório, foi realizada uma assembleia paralela que votou contra a criação do novo sindicato. A Direção do Sinepe/RS afirmou em nota que tomará providências administrativas e legais para impugnar a votação que cria o novo sindicato. Bruno Eizerik, presidente do Sinepe/RS, explica que a entidade respeita o desejo das instituições de terem uma representação própria, mas que esse tem que ser um processo democrático. “Não podemos aceitar que se decida criar um sindicato sem a aprovação da maioria do segmento”, conclui.

Para o pró-reitor Administrativo da Univates, Oto Moerschbaecher, que assina o edital de convocação da Assembleia, “a reunião aconteceu na mais perfeita ordem. Aprovamos a criação. O próximo passo é o registro”, explica. Oto não quis divulgar quem compõe a diretoria e se a entidade terá um presidente. “Não podemos nos precipitar”, esclarece.

UERGS

Professores intensificam mobilização

Em Assembleia Geral convocada pelo Sinpro/RS e Aduergs no mês de julho, os professores da Uergs definiram uma pauta de iniciativas para ampliar a mobilização da categoria. A Negociação Salarial 2015 não teve avanços diante das propostas insuficientes do governo do estado. Somou-se a isso a aprovação da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016 fixando em apenas 3% o crescimento da folha de pagamento, que vai representar perda real nos salários, além do corte de bolsas de estudantes.

Entre as iniciativas da categoria está a realização de um Ato da Comunidade Universitária Local em cada unidade da Uergs, na primeira quinzena de agosto. “O objetivo é demonstrar a importância estratégica da Universidade para o RS e organizar as regiões para resistir a qualquer tentativa de diminuição”, explica Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS.

Os professores deliberaram também por fortalecer a Frente Parlamentar em defesa da Uergs, criada na Assembleia Legislativa do Estado e pela elaboração de uma Carta Aberta direcionada à comunidade e imprensa para discutir a importância na Universidade. Além disso, os docentes definiram por integrar de forma mais orgânica o Fórum dos Servidores e Entidades representativas.

PRÊMIO EDUCAÇÃO RS

Indicações vão até 31 de agosto

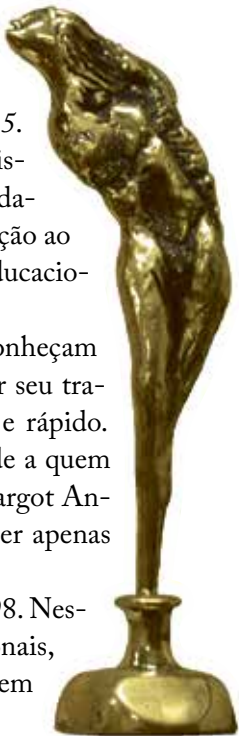
O período de indicações para a 18ª edição do *Prêmio Educação RS 2015* encerra no próximo dia 31 de agosto. As indicações podem ser feitas pelo site www.sinprors.org.br/premio por qualquer pessoa interessada em ver contemplada uma iniciativa educacional de um profissional, projeto ou instituição ligados à educação pública ou privada no âmbito do Rio Grande do Sul.

Após a fase de indicações, uma Comissão Julgadora – com representantes de diferentes instâncias como imprensa, entidades, professores e governo – fará a seleção dos finalistas e ganhadores. A escolha dos finalistas também contará com votação *on-line* dos professores associados ao Sinpro/RS. Os vencedores serão laureados com a estatuetta *Pena Libertária* no dia 16 de outubro, em Porto Alegre/RS, na solenidade de entrega do *Prêmio Educação RS 2015*.

São critérios para o *Prêmio Educação RS* o compromisso com a educação de qualidade, o desenvolvimento da cidadania, a democratização da sociedade, o acesso da população ao conhecimento e à educação, e a relação das propostas educacionais com a comunidade.

“Todos podem indicar e estimulamos àqueles que conheçam pessoas e instituições que mereçam ser reconhecidos por seu trabalho para que façam a indicação pelo site. É simples e rápido. Além disso, o indicador colaborando para dar visibilidade a quem se dedica e faz mais pela educação no estado”, afirma Margot Andras, diretora do Sinpro/RS. Cada pessoa poderá escolher apenas uma categoria para fazer a indicação.

O *Prêmio Educação RS* ocorre anualmente desde 1998. Nesses 18 anos de história, já foram laureados 22 profissionais, 21 projetos e 18 instituições, além de menções honrosas em ocasiões especiais.



MEDICINA

Unijuí é preterida pelo MEC

O mês de julho foi marcado pela repercussão da definição das instituições educacionais contempladas pelo Ministério da Educação (MEC) para oferta de novos cursos de Medicina no Rio Grande do Sul. Houve polêmica no município de Ijuí, onde a Unijuí, apesar de cumprir todos os critérios e possuir nota superior à sua concorrente foi desclassificada. Segundo o MEC, por questões financeiras. Conforme nota da Universidade, a instituição está protocolando recurso junto ao Ministério para tentar reverter a situação.

A Unijuí teve acesso aos dados da classificação somente após decisão judicial da 2ª Vara Federal do Distrito Federal. A instituição selecionada foi a Estácio de Sá, com sede no Rio de Janeiro, sem qualquer unidade ou vinculação com o município.

O Sindicato dos Professores do Noroeste do RS divulgou nota crítica em relação à escolha do MEC. Para o Sindicato, essa opção reforça a mercantilização da educação. “Tememos que os critérios tenham sido apenas econômicos e acreditamos que o conjunto de qualificações deve ser levado em consideração. A Unijuí é uma instituição comunitária, sem fins lucrativos, e que possui um trabalho de identificação com a comunidade local”, afirma Valdir Graniel Kinn, diretor do Sinpro Noroeste e Coordenador Geral da Feteesul. Para ele, os critérios devem ser revistos.

Em virtude de ação judicial, o MEC estabeleceu novo prazo de recurso para as instituições que contestaram o resultado preliminar do edital para 5 de agosto. O resultado final deverá ser divulgado em setembro.

VALE DOS SINOS – A Unisinos também se candidatou ao edital do MEC, mas o município de São Leopoldo não foi selecionado. Em nota, a Universidade informou que vai entrar com recurso para tentar reverter a decisão. No Vale dos Sinos, o município contemplado foi Novo Hamburgo, através da Universidade Feevale.



**ORIENTAÇÕES SOBRE
PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA
CRIANÇA E ADOLESCENTE**

Viva Bem Unimed



**PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA
CRIANÇA E ADOLESCENTE**

Atividade física é qualquer movimento corporal produzido pela musculatura que resulte num gasto energético acima dos níveis gastos em repouso – por exemplo, atividades diárias e de lazer.

Benefícios da prática da atividade física:

- Melhora a capacidade de trabalho físico e mental, proporcionando mais entusiasmo para vida e sensação de bem-estar, menor risco de doenças crônico-degenerativas (doenças do coração, osteoporose, deficiências respiratórias, problemas circulatórios) e mortalidade precoce;
- Melhora a capacidade cardiorrespiratória e muscular, reduzindo os riscos dos sintomas de ansiedade, estresse e depressão;
- Melhora a qualidade do sono e da autoestima;
- Ajuda na preservação da massa óssea, na função dos músculos e das articulações;
- Reduz a gordura corporal e ajuda no controle do peso corporal;
- Reduz a pressão arterial em repouso;
- Ajuda no controle e prevenção do diabetes;
- Diminui colesterol total e aumenta HDL-colesterol (o “colesterol bom”);
- Proporciona uma maneira fácil de compartilhar seus momentos com familiares ou amigos e fazer novas amizades.



Recomendação diária:

A Organização Mundial da Saúde estabeleceu parâmetros ideais de atividade para cada idade e afirma que os benefícios do exercício são maiores do que qualquer problema que ele possa provocar. Para a faixa etária dos 5 aos 17 anos, atividade física inclui brincadeiras, jogos, esportes, locomoção, recreação, educação física ou exercício planejado.

A maior parte da atividade física diária deve ser aeróbica. Atividades vigorosas devem ser incorporadas, incluindo as que fortalecem músculos e ossos, três vezes por semana. O aumento da prática da atividade física é uma estratégia de promoção da saúde e de prevenção de doenças crônico-degenerativas que afligem a população em geral.

Para a Associação Americana de Pediatria, os pais devem limitar o tempo que seus filhos passam em frente à televisão, ao computador, celular ou tablet para até duas horas por dia.



Para mais dicas de bem-estar, acesse nosso blog:
bemestar.unimedpoa.com.br

ENSINO PRIVADO

EDUCAÇÃO INFANTIL

Aprovado acordo para Convenção Coletiva de Trabalho

Os professores que atuam em escolas exclusivamente de educação infantil de todo o estado aprovaram a proposta de Convenção Coletiva de Trabalho – CCT 2015/2016, em 14 assembleias realizadas em todo o estado, de 14 a 17 de julho.

A CCT, negociada entre Sinpro/RS e Sindicatos em três reuniões, prevê reajuste salarial de 8,5% (reposição do INPC + aumento real) para o valor hora-aula maior em Porto Alegre (R\$ 9,46). Para os valores

superiores que não estão no processo de equiparação em Porto Alegre e demais municípios, o reajuste é de 8,34% (INPC). Esses valores são retroativos a maio e devem ser pagos junto com a folha do mês de julho. Foi aprovada também a redução de quatro para três anos o tempo para a obtenção de 3% do adicional por tempo de serviço e a antecipação do feriado do *Dia do Professor* para o dia 13 de outubro de 2015.

VALORIZAÇÃO – O Sinpro/RS está veiculando

do campanha de valorização do docente na educação infantil com a distribuição de material informativo e *spots* nas rádios de todo o estado. “Queremos destacar a responsabilidade e a importância dessas profissionais no desenvolvimento e na formação integral das crianças e chamar atenção para que as escolas respeitem e valorizem as professoras e ofereçam condições adequadas para a realização do trabalho”, afirma Celso Stefanoski, diretor do Sinpro/RS.

SAÚDE

Move entra em nova fase e abre vagas para professores e dependentes

O Move – Grupo Orientado de Caminhada e Corrida chega a uma nova fase e abre novas vagas para professores associados e seus dependentes. Lançado em março deste ano pelo Sinpro/RS, o programa completa quatro meses de atividades em Porto Alegre com atividades regulares nas segundas, quartas e sábados. Até junho, o Sindicato isentou a mensalidade dos cem primeiros inscritos no programa. De julho a setembro, a entidade subsidiará parcialmente as mensalidades.

O Move promove a saúde e bem-estar dos professores através de um serviço especializado, com acompanhamento de profissionais de educação física e equipe técnica da Pace Consultoria Esportiva, realizando encontros semanais em dois dos principais pontos turísticos da capital: o Parque

Farroupilha e a Usina do Gasômetro, em diferentes horários.

Além da programação prevista pelos instrutores da Pace, os docentes participam de ações especiais de integração entre o grupo de participantes e provas, como a *Corrida para Vencer o Diabetes*, *Corrida do Aniversário de Porto Alegre* e a *Maratona Internacional de Porto Alegre*. Todos os professores passam por avaliação individual e traçam metas alinhadas às expectativas e possibilidades de cada um.

INSCRIÇÕES – Os professores interessados em participar devem preencher seus dados em formulário específico no site do Sindicato (www.sinpro.rs.org.br/move). O Sinpro/RS fará contato para a efetivação da inscrição ao Move. Após a confirmação da inscrição, o participante receberá

as informações necessárias para comparecer no seu primeiro dia de treinamento. Os dependentes dos professores deverão fazer a inscrição diretamente na Pace, pelo e-mail luisa@pacevida.com.br. Informações pelo fone 51. 3029.9384. A mensalidade é R\$ 38,00 para associados ao Sinpro/RS e R\$ 48,00 para dependentes. O valor é pago diretamente à Pace.



APOSENTADORIA

Decisão considera que a aposentadoria de professor não deve sofrer a incidência de Fator Previdenciário

Diego Kretschmer Souza*

Conforme legislação de 1999, fica a aposentadoria especial do professor sujeita ao Fator Previdenciário. Desde então, busca-se a não aplicabilidade deste fator que muitas vezes reduz o benefício em decorrência da idade e do tempo de serviço, principalmente através de ações judiciais.

Infelizmente, o pleito mostrava-se não muito eficaz, restando boa parte dos tribunais que julgavam os temas mantendo o Fator Previdenciário na aposentadoria do magistério.

A nova regra transitória e em vigência em face da Medida Provisória 676/2015, que instituiu a aposentadoria 85/95, não exclui a antiga forma de cálculo, caso este se demonstre mais vantajoso, o que pode ocorrer no caso do Fator Previdenciário se mostrar positivo. No entanto, estes apontamentos fazem uma referência mais direta aos segurados já aposentados, que foram obrigados a aplicar o Fator Previdenciário, de fator prejudicial, na hora de suas concessões de aposentadoria por tempo de contribuição, exercendo unicamente a atividade de magistério na educação infantil nos ensinos fundamental e médio.

O Fator Previdenciário leva em conta os seguintes dados para o seu cálculo: idade do segurado, tempo de contribuição e expectativa de sobrevivência. E a idade que o segurado possui no momento da concessão do benefício. O tempo de contribuição para aposentadoria no magistério será de 30 anos homem e 25 anos mulher, sendo adicionados cinco e dez anos, respectivamente, na hora

do cálculo. E a expectativa de sobrevivência igual para todos e estabelecida anualmente pelos dados do IBGE.

Percebam que aqui o legislador aplicou uma redução no tempo total de contribuição do magistério, diferenciando-se da aposentadoria por tempo de contribuição comum. Esta redução, **típica das aposentadorias especiais**, é um resquício histórico, reconhecendo a penosidade da profissão.

As aposentadorias especiais caracterizam-se principalmente pelo fato de não haver a incidência do Fator Previdenciário. Elas beneficiam aqueles trabalhadores expostos a agentes penosos, insalubre e perigosos. Então, se o legislador fez incluir no texto da Constituição Federal (art. 201, §8º) uma aposentadoria, com redução do tempo como a do professor, é de se concluir que esta aposentadoria é especial e, por consequência, não cabe a aplicação do Fator Previdenciário neste benefício.

E contrariando toda a ilógica dos tribunais, e com parte da base apresentada acima, o Tribunal Nacional de Uniformização Jurisprudencial dos Juizados Especiais Federais julgou pela exclusão do Fator nas aposentadorias dos professores. A discussão ainda está longe de acabar, mas é mais uma vitória, que cria mais uma jurisprudência favorável à classe.

*Advogado da Apaepers, Portanova & Advogados Associados



EDUCAÇÃO BÁSICA

Termo de Compromisso entre Sinpro/RS e Sinepe/RS visa reduzir impactos da implantação do 9º ano

O Sinpro/RS reuniu-se com o Sinepe/RS no dia 16 de julho para propor um termo de compromisso entre os sindicatos sobre a implantação do 9º ano do ensino fundamental, que será concluída em 2016. As leis 11.114/2005 e 11.274/2006 tornaram obrigatório o ensino fundamental de nove anos de duração e o ingresso dos estudantes aos seis anos de idade. Assim, as escolas não terão o 1º ano do ensino médio em 2016, visto que os alunos do 8º ano irão para o 9º. “Queremos minimizar as reduções de carga horária dos professores e até mesmo demissões em instituições que não possuem muitas turmas ou em que professores lecionam apenas no 1º ano. O Sindicato patronal concordou e estamos alinhando a redação do termo”,

explica Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

O Termo de Compromisso visa também garantir que aqueles professores que tiveram perda de carga horária em 2012, quando da implantação do 5º ano do ensino fundamental, tenham agora a prerrogativa de recuperação de carga horária. A indicação do departamento jurídico do Sindicato é de que sejam feitos acordos coletivos por escola, visto que cada instituição tem suas particularidades. Os acordos podem evitar passivos trabalhistas. Conforme Cecília, o Termo de Compromisso também orienta para que as instituições considerem a carga horária dos professores dos primeiros anos em outras atividades pedagógicas como projetos, aulas de reforço ou no 9º ano, evitando a dispensa do profissional.

PUBLICAÇÕES

Sindicato firma parceria para venda de livros

O Sinpro/RS firmou uma parceria que ampliou a distribuição dos livros produzidos pelo Sindicato. A partir de julho, a Isasul Livraria e Distribuidora também comercializa as publicações do Sinpro/RS em diferentes regiões do estado. Ao todo, são cinco publicações que tratam de temas da realidade dos professores do ensino privado gaúcho.

Inicialmente serão 12 novos pontos de venda que abrangem a região Metropolitana de Porto Alegre e Bagé. Ainda no segundo semestre, há a previsão de novos locais. Para conhecer as obras do Sinpro/RS Publicações, visite o *site* do Sindicato e tenha acesso aos resumos e detalhes das publicações em (www.sinprors.org.br/publica).

ESTUDO

Pesquisa sobre a saúde dos professores

O Sinpro/RS, o Sinpro/Noroeste e o Sinpro/Caxias, que integram a Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul (FeteeSul), juntamente com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Unisinos, estão realizando uma pesquisa para investigar aspectos do

contexto de trabalho e das variáveis sociodemográficas e laborais que podem ter influência na saúde mental dos professores do ensino privado gaúcho.

A primeira etapa, de pesquisa documental, sobre os dados oficiais de afastamento do INSS, entre 2009 e 2013, já foi iniciada. Também foi realizado o sorteio

dos estabelecimentos de ensino para as amostras da segunda fase. Desses estabelecimentos, 380 professores também escolhidos por sorteio responderão, a partir de agosto, a um questionário autoaplicável. A amostra será aleatória e a coleta de dados será feita via correio, respeitando todos os cuidados éticos.

SINPRO/RS VANTAGEM

sinprovantagem@sinprors.org.br

Mensalmente, o Sinpro/RS firma convênios com empresas para garantir descontos e/ou pagamentos especiais aos professores associados. Confira a relação de todos os produtos e serviços no Guia de Convênios, no *site* do Sindicato (www.sinprors.org.br/convenios). Para garantir os benefícios é necessário apresentar o Cartão Sinpro/RS Vantagem. Faça sua sugestão de empresas e serviços pelo e-mail sinprovantagem@sinprors.org.br.

ARROIO DO MEIO

Dália Supermercados. 3% de desconto. RS 130 km 79, 4.357 – 51. 3716.1374. verab@dalia.com.br.

CRUZ ALTA

Consultório Odontológico. Clínica Geral e Ortodontia. Saturnino de Brito, 79 – 55. 3322.4568 – neubaericson@yahoo.com.br.

ENCANTADO

Dália Supermercados. 3% de desconto. Guerino Luca, 320 – 51. 3751.9025. verab@dalia.com.br.

ESTRELA

Posto da Dani. Combustível. 2,5% na gasolina comum e aditivada; 4,5% no diesel comum e 4% no S-10 à vista ou a prazo – 51. 3712.2108 – Rio Branco, 845. contato@postodadani.com.br – *somente na bomba identificada a prazo.

PASSO FUNDO

Amme Atendimento Médico Especializado. 8,33% de desconto sobre a tabela, exceto neurologia. Moron, 2.867 – 54. 3046.1415 – www.amme.med.br.

PORTO ALEGRE

Dado Bier Bourbon Country. Restaurante. 20% no almoço (segunda a sexta) e 20% no jantar (segunda a quarta), válidos para o buffet tradicional*** – Túlio de Rose, 80 – 2º andar – Bourbon Shopping Country – 51. 3378.3000.

Dado Garden Grill Bourbon Wallig. Restaurante. 20% no almoço (segunda a domingo) e 20% no jantar (segunda a sábado), válidos para o buffet tradicional*** – Assis Brasil, 2611 – 1º piso – Bourbon Shopping Wallig – Entrada Av. Grécia – 51. 3013.7075.

Dado Garden Grill Praia de Belas. Restaurante. 20% no jantar (segunda a sábado) e 20% no almoço (segunda a sábado), válidos para o buffet tradicional*** Praia de Belas, 1181 – 1º andar – Shopping Praia de Belas – 51. 3233.0696.

*** Rede Dado Restaurantes: descontos válidos no buffet tradicional (completo, com salada, grelhados, pratos quentes e sushi). Pagamento em dinheiro, cartões (Visa, Master e Banri) e vales (Ticket Restaurante e Visa Vale). www.dadobier.com.br

Curry Express – Indian Food Delivery. Desconto de 10% (não inclui entrega – consulte bairros) – 51. 3012.4040 – contato@curryexpress.com.br. www.curryexpress.com.br.

Totosinho. 10% para pedido mínimo de 30 salgados, nos pedidos por telefone, exceto kits promocionais. Não inclui entrega. 51. 3021-2121 – www.totosinho.com.br.

SANTA MARIA

Centro Óptico. Ótica, joias, relógios, cuias e bombas. 20% à vista e 10% no parcelamento, que pode ser feito em até 10 vezes. Consulta com oftalmologista parceiro por R\$ 70,00. Prefeito Evandro Behr, 7035 Sala 103 – 55. 3307.1337. marketing@centroopticosm.com.br – www.centroopticosm.com.br.

TEUTÔNIA

Posto da Dani. Combustível. 2,5% na gasolina comum e aditivada; 4,5% no diesel comum e 4% no S-10 para pagamento apenas em dinheiro – 51. 3762 2434 – Guilherme Brust 426 – contato@postodadani.com.br – *somente bomba identificada à vista.

VACARIA

Clínica Faccia. Odontologia. João Borges Pinto, 389 – 54. 3232. 2158. clinica.faccia@gmail.com.



Foto: Ronai Rocha

Os campos do Sul pedem socorro

Em livro, uma radiografia da cultura, da biodiversidade e dos aspectos históricos e econômicos de uma região ameaçada por espécies invasoras e degradada pela monocultura agrícola

► Por Renato Dalto

extraclasse@sinprors.org.br

Abre e se alarga a porteira para a compreensão desse bioma chamado pampa, suas pradarias, sua diversidade, sua imensa riqueza. O livro *Os Campos do Sul*, que reúne uma série de pesquisadores através da Rede Campos Sulinos, se propõe a uma radiografia íntima, traçando um painel da cultura, da biodiversidade, dos aspectos históricos e econômicos dessa ampla região que abrange campos de altitude, florestas, imensas pradarias e sobretudo gente enraizada à terra. A segunda parte do livro se propõe a discutir o futuro e a conservação de tudo isso através de práticas sustentáveis e métodos que podem ajudar a re-

cuperar áreas degradadas ou infestadas por espécies exóticas invasoras. “É importante mostrar a riqueza da biodiversidade campestre e também situá-la no contexto histórico, cultural e econômico, e mostrar saídas para sua conservação através de boas práticas de manejo e políticas públicas”, afirma o engenheiro agrônomo Valério Pillar, um dos organizadores da obra junto à bióloga Omara Lange.

Coube ao músico e pesquisador Demétrio Xavier ser, na definição própria, “o menino da porteira”. É o texto dele, *Campo da palavra, da literatura, da música crioula*, que abre a cortina onde se seguem mais 16 capítulos. Esse campo da palavra trata da

nostalgia, das expressões musicais, dos atavismos que podem ser sintetizados numa expressão inca cunhada pelo autor: “o homem é a terra que anda”. Apesar de abordar o campo simbólico, Demétrio fala da intenção da obra de “aproximar as pessoas do campo real, do que ele determina, do que de fato existe”. Para ele, o livro como um todo une duas coisas. “É a melhor ciência cheia de paixão”.

Uma mistura bem equilibrada de ciência e paixão plasmada em palavra e imagem. Um tratado que vai de origens históricas das estâncias, dos primeiros caminhos traçados por estas terras durante as Missões, da biodiversidade que habita os campos

com répteis, anfíbios, plantas, aves e mamíferos. E sobretudo de práticas e propostas que descortinam a preservação e o futuro dos campos, avançando ainda no esboço da necessidade de políticas públicas. Tudo isso numa linguagem acessível, que contem-

pla o grande público sem perder a precisão e o rigor científico.

“Os autores foram orientados pelos editores a usar linguagem acessível. Procuramos também esclarecer alguns mitos sobre os campos, como sua

origem e a questão do uso do fogo. Além disso, o livro foi ilustrado com muitas fotos, o que também é uma forma de comunicação bastante acessível, inclusive para leitores que normalmente não se interessariam por biodiversidade”, explica Valério Pillar.

Um bioma único

Os campos do Sul são únicos no planeta. Pillar fala de outras regiões semelhantes com grandes extensões de pradarias da América do Norte e Ásia Central. Mas são mais frias e secas, portanto menos produtivas do que os campos do denominado Bioma Pampa, que abrangem o Sul do Brasil, o Uruguai e parte da Argentina, incluindo ainda os campos de altitude do Bioma Mata Atlântica. “São únicos por conterem muitas espécies que somente ocorrem nesses campos. Há também remanescentes de pradarias em outras regiões úmidas do planeta, mas assim como aqui, esses ecossistemas foram negligenciados por não serem florestas”, avalia Pillar.

No capítulo sobre a biodiversidade de plantas, por exemplo, há um dado impressionante: há mais de 3 mil espécies conhecidas. No entanto, um alerta de que as alterações no manejo desse campo afetam sempre toda a biodiversidade. Os desequilíbrios dessa cadeia vêm especialmente da monocultura da lavoura e suas práticas de uso de agrotóxico e práticas predatórias de cultivo.

Há também outros olhares que desvendam mitos em atividades históricas, como a pecuária. O professor Cláudio Marques Ribeiro, que atuou na extensão rural da Emater durante 32 anos, conheceu um tipo de pecuarista que é maioria, mas é pouco conhecido no estado: o pecuarista fami-

liar, com propriedades de menos de 300 hectares. Criadores de gado e ovinos em campo nativo, eles preservam o pasto natural por uma questão de sobrevivência. “Se eles destruírem o meio ambiente, sabem que sua atividade terá pouca duração. E para eles, isso é primeiro um modo de vida. Eles não têm a lógica de produzir mais, mas reproduzir, ter um estoque de gado e vender quando precisam”. Ribeiro fala também no equívoco que há numa visão, a de que o pampa é um bioma a ser explorado. “Isso significa mudar o bioma natural com o plantio da soja e do eucalipto”. Mas é o contrário: “É aumentar a produtividade do pampa como ele é a partir dos campos naturais”.

É uma tendência que hoje cresce em nível mundial, a partir do desafio de produzir mas sem destruir o meio ambiente. Nesse caso, seria assegurar o futuro voltando a práticas quase seculares que se pratica na pecuária familiar. “É algo que eles fazem há muito tempo: produzir carne e lã a campo nativo”, explica Ribeiro. Práticas antigas, atavismos que vêm há muito tempo povoando campos de povos que muitas vezes vivem isolados. São as maiorias esquecidas nesses campos imensos. Ao tratar a terra que alimenta e o meio que secularmente gerou essa gente, o livro *Os Campos do Sul* reestabelece nexos, aponta sustentabilidade e traça a trilha de sobrevivência da natureza e do homem.



Livro: Os Campos do Sul

196 páginas

Valério da Patta Pillar e Omara Lange (organizadores)

Edição: Rede Campos Sulinos

Apoio: Fapergs, CNPq, Capes e Ufrgs

Link: ecoqua.ecologia.ufrgs.br/CamposDoSul/Campos_do_Sul_AltaRes.pdf

Estudo, obra aberta, generosamente compartilhada a todos na versão *on-line*, a obra também serve de alerta, na visão de Valério Pillar. “Os campos do Sul (que incluem os campos de altitude e os campos do Bioma Pampa) pedem socorro”!

Sustentabilidade, invisibilidade e futuro

As paisagens bucólicas que habitam o imaginário de um pampa distante, infinito e perdido no passado nascem de uma ótica distorcida. Demétrio Xavier fala de uma tendência geral do campo ser quase sempre descrito por gente urbana. Ou gente que vem do campo e perdeu esse elo pelo caminho. Daí nasce a nostalgia e aí se planta a idealização. E, então, o grande pampa se torna visível na idealização e invisível na realidade.

O que esse grupo de pesquisadores ligados à academia procuram nos 17 capítulos que compõem *Os Campos do Sul* é desmistificar conceitos e dar visibilidade a coisas que pouco se sabe. Por exemplo: o perigo ambiental que representam espécies invasoras como o *capimannoni* ou o terrível javali, aniquilador de várias outras espécies, onívoro e com alta capacidade reprodutiva.

O flagelo desses campos tem origem na sua depauperação com o extrativismo desenfreado que culmina com a monocultura agrícola. No início do povoamento desse território, porém, não está a produção, mas a defesa. Cláudio Ribeiro fez um estudo da ocupação de uma parte da região da Campanha na fronteira com o Uruguai. E constatou que ali se albergaram coronéis em sesmarias doadas

pela Coroa basicamente para defender o território. Eram extensões que beiravam os 40 mil hectares. Os campos foram se dividindo, ora por herança, ora até mesmo como pagamento de trabalho. Foi quando surgiu o pecuarista familiar, hoje maioria no estado. Por isso, para ele, não procede a visão da pecuária ligada exclusivamente ao latifúndio.

Foi quase por intuição que os campos nativos dos pequenos pecuaristas foram preservados. Intuição e sobrevivência. Contra isso se ergue a mistificação do campo dos grandes negócios – as colheitadeiras enormes, as lavouras industriais e os rebanhos gordos nutridos na pastagem. A mesma mistificação desenvolvimentista que ligou a palavra prosperidade a chaminés de fábricas e automóveis. Uma ilusão em que o predador ilude a presa com o modelo da felicidade comprada.

O que está longe desse espalhafato se torna invisível. O pequeno produtor de gado ou as flores do trevo, da maçanilha, da carqueja. Eles sustentam esse lugar onde a vista se alonga e a alma se alarga. Campos do Sul com história, memória e cultura. Quanto mais se enxergar e preservar a riqueza desses campos, mais larga será a porteira do futuro.



Foto: Ronai Rocha



FRAGA

Desautoajuda

Se conselho fosse bom, não virava livro de autoajuda.

Livros de autoajuda, em sua maioria, são feitos de material reciclado. E não me refiro ao papel.

A maior parte da ajuda dos livros de autoajuda é o retorno financeiro, que vai pro bolso de três grandes necessitados: o autor, o editor e o livreiro.

Não se deve julgar um livro de autoajuda pela capa. Geralmente o designer não tem culpa. Devemos ser implacáveis é com o miolo.

As condições favoráveis para os livros de autoajuda surgiram bem antes da invenção do livro. Foi quando, em alguma antiga civilização, o estoicismo deu lugar ao coitadismo.

Não se sabe qual a receita para ser escritor de livros de autoajuda. Mas parece que não saber escrever, não ter conhecimento especializado e não ter experiência de vida é fundamental. Por isso proliferam.

Afora algumas religiões, hoje em dia existem várias e bem disfarçadas formas de obscurantismo. A mais bem-sucedida é o livro de autoajuda.

Se os livros de autoajuda fossem realmente eficazes, um sintoma evidente seria a diminuição da pilha desses livros na cabeceira dos seus leitores.

O lugar mais adequado para a venda de livros de autoajuda deveria ser a farmácia. Afinal, não é para lá que ocorrem permanentemente os hipcondríacos?

Sabem qual o tipo de livro de autoajuda que mais beneficiaria a humanidade? Aquele que não fosse impresso: imaginem quanto desmatamento se evitaria!

O rol de sofrimentos da humanidade é infinito. O que não impede que escritores de autoajuda inventem outro tanto.

As revistas semanais trazem listas dos mais vendidos em ficção, não fic-



ção e autoajuda. Essa tripla lista é puro *márquetim* editorial – os livros de autoajuda podem muito bem ser enquadrados em ficção.

Tem todo tipo de picareta em todas as áreas e atividades, é verdade. Justiça seja feita, porém: nem todos escrevem livros de autoajuda.

Se um dia alguém lançar um livro de autoajuda para livrar as pessoas dos livros de autoajuda, este será outro *best-seller* do gênero.

Etc.

Distantes gerações discutem a esmo: nem seus erros de concordância são os mesmos.

FALVOGLOPRA

[f /moveiscencioficial](#) moveiscenci.com.br

Pai para toda hora

Agora você tem os instrumentos que precisa para ser um Super Pai. Durante os meses de julho e agosto, comprando nas lojas Móveis Cenci, você ganha um kit de ferramentas.

Procure a loja mais próxima!

Bento Gonçalves 54 3451.4877. Canoas 51 3785.8858. Caxias do Sul 54 3220.5000
 Farroupilha 54 3412.5005. Flores da Cunha 54 3292.2254. Guaporé 54 3443.8377
 Nova Bassano 54 3273.1933. Nova Pádua 54 3296.1532. Nova Prata 54 3242.1880
 Novo Hamburgo 54 3036.2030. Passo Fundo 54 3601.5277. Porto Alegre 51 3012.0161
 Sananduva 54 3343.3055. Santa Maria 55 3026.8555. Veranópolis 54 3441.4088

cenci

[ambientes transformadores]



MARCOS ROLIM*

Em nome dos profetas

Denominamos “Política criminal” o conjunto de definições públicas para contrastar criminalidade e violência. A depender dos caminhos definidos e da legislação correspondente, teremos políticas criminais mais ou menos repressivas e mais ou menos vocacionadas à prevenção. Entre as nações democráticas, os Estados Unidos oferecem o exemplo mais representativo de aposta em política criminal repressiva, o que os levou à população de 2,2 milhões de presos e de 4,8 milhões de pessoas supervisionadas pelo sistema correcional. Os custos com encarceramento nos EUA atingiram, ao final de 2011, a soma de 82 bilhões de dólares; no mesmo ano, o sistema de Justiça americano consumiu outros U\$ 250 bilhões.

A privação da liberdade tem sido a principal resposta americana também aos adolescentes em conflito com a lei. Nos últimos 20 anos, as taxas de encarceramento em instituições juvenis nos EUA cresceram mais rapidamente do que as taxas de prisão de adultos (em 2013 eles mantinham 225 adolescentes privados de liberdade para cada 100 mil jovens). Esta política criminal, não seguida pela maioria das nações democráticas, tem recebido críticas crescentes também nos EUA. Evidências encontradas em inúmeras pesquisas tornam mais difícil a defesa da política conhecida como *Law and Order* (Lei e Ordem) que marcou as plataformas da direita americana desde Nixon e Reagan.

Estudo de 2013, de Anna Aizer e Joseph J. Doyle Jr., (*Juvenile Incarceration, Human Capital and Future Crime: Evidence from Randomly-Assigned Judges*, disponível em <http://migre.me/qUPa3>), por exemplo, procurou medir as consequências do encarceramento juvenil, cruzando informações sobre 35 mil jovens condenados em Chicago e o que ocorreu com eles nos dez anos posteriores às sentenças. As penas mais comuns foram de um ou dois meses de detenção; as mais longas foram entre seis meses e dois anos. Depois de ponderar as diferenças entre as variáveis, se encontrou que os jovens que foram presos abandonaram a escola mais cedo do que os condenados a penas alternativas à prisão. A diferença, neste caso, foi de 13 pontos percentuais. Os adolescentes encarcerados tiveram, também, uma taxa muito mais alta de condenações à prisão quando adultos (diferença de 22 pontos percentuais). Os resultados também demonstraram que o momento de encarceramento faz muita diferença, sendo os resultados negativos mais pronunciados entre os jovens que foram presos quando tinham entre 15 e 16 anos. Encontrou-se também que os efeitos criminogênicos são mais fortes entre os adolescentes que foram presos por crimes sem violência do que entre aqueles que foram condenados por crimes com violência, o que sugere que as instituições punitivas cumprem uma “função pedagógica” infernal.

Parece claro que jovens que cometem crimes com violência real devem

ser encaminhados a instituições de perfil correcional. Alguns, com perfil agravado, deveriam permanecer privados de liberdade para além do limite de três anos definidos pelo ECA. Este não é, entretanto, o perfil da esmagadora maioria dos adolescentes autores de atos infracionais, nem nos EUA, nem no Brasil. Encarcerá-los segue sendo a resposta padrão de um Estado que tem sido historicamente incapaz de oferecer às crianças e adolescentes pobres um mínimo de bem-estar, serviços e oportunidades.

No Brasil, nos ressentimos de estudos científicos em segurança pública e de base de dados confiável para diagnósticos sobre tendências criminais. Como regra, os agentes públicos decidem de acordo com suas intuições e preconceitos e seguindo a pauta proposta pela mídia. Recentemente, as coisas pioraram. Agora, o Parlamento define arremedos de políticas públicas amparado por citações bíblicas, enquanto o discurso da direita se alinha ao espírito vingador do jornalismo policialesco e sensacionalista. O Brasil vive o tempo da razão acossada e da ignorância orgulhosa. O vazio é tal, que o debate público se processa segundo os valores morais dos profetas do velho testamento e do Datena. Com horizontes assim, só o que teremos garantido é mais violência.

*Jornalista, sociólogo e professor do IPA.

marcos@rolim.com.br | www.rolim.com.br



Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

"Encarcerar segue sendo a resposta padrão de um Estado que tem sido historicamente incapaz de oferecer às crianças e adolescentes pobres um mínimo de bem-estar, serviços e oportunidades"



O *know-how* da advocacia previdenciária aliado a 15 anos de experiência a serviço dos professores.

CIVIL | TRABALHISTA | PREVIDENCIÁRIO

Daisson Portanova – OAB/RS 25.037
Estelita de Vaconcellos Salton – OAB/RS 69.252
Renata Oliveira Cerutti – OAB/RS 86.603

Em Passo Fundo/RS: Rua Paissandu, 1436/201 – Centro – 54 3045.7457
www.ceruttisalton.com.br

CONVERSA DE PROFESSOR

Infância é o eixo do programa

Porto Alegre volta a integrar a programação do *Conversa de Professor* em 2015 – programa do Núcleo Educacional da Fundação Ecarta que propõe discussão de temas de diferentes áreas do conhecimento para subsidiar o trabalho dos professores em sala de aula. Serão três encontros neste semestre com os temas *Identificação e manejo das dificuldades de aprendizagem e comportamento no contexto escolar*, no dia 12 de agosto; *Educação Infantil no atual contexto pedagógico*, no dia 14 de setembro; e *Crianças inquietas em sala de aula – Lidando com TDAH no dia a dia da escola*, no dia 7 de outubro. As inscrições devem ser feitas no site da Fundação (www.ecarta.org.br).

“Deixamos de realizar o projeto em Porto Alegre nos últimos anos por avaliar que na capital havia mais oferta, em função da concentração de universidades e faculdades”, explica Cecília Farias, coordenadora do Núcleo Educacional da Ecarta. “Mas os próprios professores pediram a retomada do projeto”.

PARCERIA – Neste ano, o *Conversa de Professor* está ocorrendo também em Horizontina, desde o mês de junho, em Candelária e em Novo Hamburgo, com a parceria das respectivas prefeituras municipais. Se-

gundo Cecília, o projeto se consolidou no interior do estado justamente pela parceria e apoio principalmente das secretarias de educação dos municípios. “O *Conversa de Professor*, para os professores de muitos municípios, é uma das poucas opções de aprofundamento

sobre a educação infantil. “Decidimos focar no eixo Infância pela relevância do trabalho pedagógico desta fase”, destaca Cecília. “Nossa sociedade ainda tem muita dificuldade de compreender o trabalho dos professores da educação infantil com a importância que deve ter”.

SUBSÍDIOS – Nos dez anos de atividades, o *Conversa de Professor* chegou a um público superior a 15 mil professores, muitos dos quais atuam em escolas de educação infantil com crianças de zero a seis anos de idade. “Não temos a pretensão de formar professores, mas sim de subsidiar o dia a dia em sala de aula, a partir de debates e informações”, destaca Cecília.

Em 2012, a Ecarta editou o livro *A Educação Infantil e seus contextos*, uma coletânea de artigos que discorrem sobre o universo da educação infantil, debatendo temas como autismo, TDAH, musicalização, arte, jogos matemáticos, linguagens expressivas, cooperação na ação educativa, teatro e letramento de crianças de zero a seis anos. Os artigos são de autoria de especialistas que ministraram palestras relacionados ao contexto da educação infantil, no projeto: Gilson de Almeida Pereira, Paula Pecker, Lucy Baptista, Ana Maria Gigante, Carla Guterres Graña, Patrícia Kebach, Jader Denicol do Amaral, Vânia Melchionna Franke e Valéria Neves Kroeff Mayer.



Foto: Glaci Borges

Palestras proporcionam o debate e subsídios sobre metodologias em sala de aula

teórico, ampliação de conhecimentos e debate sobre metodologias de trabalho em sala de aula”, afirma.

Lançado em 2005, o projeto já foi realizado em mais de 40 cidades do interior, sempre com inscrições gratuitas. Nos primeiros anos, ocorreu em três eixos: Saúde, Meio Ambiente e Infância. Desde 2011, o programa tem trabalhado exclusivamente o eixo Infância, voltado principalmente para profes-

Debate

Temas de diferentes áreas

O programa *Conversa de Professor* propõe a abordagem de diferentes temas (confira abaixo) com a participação de especialistas das respectivas áreas de conhecimento. A programação de cada município é definida em conjunto com as prefeituras e demais parceiros:

- Jogando com a matemática na infância;
- Leitura crítica da mídia;
- Conceitos matemáticos: desenvolvimento do raciocínio-lógico na infância;
- Cooperação – Uma força que aproxima e mobiliza;
- Práticas pedagógicas da educação infantil;
- A escola como espaço de vida compartilhada;
- Projetos pedagógicos na educação infantil e aprendizagem na infância;
- Infância, a idade sagrada e a educação interior;
- Atualização em autismo infantil e inclusão escolar;
- Musicalização na educação infantil;

- Contação de histórias e práticas leitoras na educação infantil – letramento na educação infantil;
- Coaching na educação: motivar para o sucesso;
- Crianças inquietas em sala de aula: lidando com TDAH no dia a dia da escola;
- Musicalização na educação infantil;
- Letramento na Educação Infantil;
- O corpo fala e conta;
- Educação infantil: o ato de brincar e suas implicações no desenvolvimento da criança com deficiência mental;
- A educação e o processo de inclusão da criança com deficiência mental;
- Atendimento especializado e processos de inclusão;
- A construção da educação para a paz na escola;
- A importância do toque nos vínculos entre adulto e criança;
- A educação infantil no atual contexto pedagógico;
- Planejamento de estratégias para a adaptação escolar de crianças com dificuldades comportamentais e de aprendizagem;

- Habilidades e competências;
- Expressão corporal da educação infantil;
- Relações interpessoais e a construção da autoestima;
- Desenvolvendo uma cultura doadora em sala de aula.

Fotos: Glaci Borges



Expansão

A Fundação Ecarta quer ampliar a programação do *Conversa de Professor* para mais cidades. Parceiros interessados devem entrar em contato pelo e-mail conversadeprofessor@fundacaoecarta.org.br ou pelo telefone 51.4009.2970. Mais informações sobre a Fundação e o projeto *Conversa de Professor* estão disponíveis no site www.ecarta.org.br.

PROGRAMAÇÃO ECARTA Agosto

www.fundacaoecarta.org.br

Em Porto Alegre, as atividades acontecem na sede da Fundação (Av. João Pessoa, 943). Informações pelo fone 51. 4009.2971 e no site.

ECARTA MUSICAL

Porto Alegre – Shows quinzenais, aos sábados, às 18h, com entrada franca.

1º/8, o Ecarta Musical apresentou um dos maiores acordeonistas do mundo: o espanhol Gorka Hermosa. O artista também ministrou um *marteclass* no mesmo dia pela manhã. **22/8**, o violonista brasileiro Carlos Bica, radicado atualmente em Barcelona (Espanha).

CURSO – Gaita-ponto 8 baixos, ministrado pelo compositor e arranjador Renato Müller de Fraga, integrante do grupo Irish Fellas, é destinado tanto para o público principiante quanto o experiente. Aulas individuais. Investimento: R\$ 200,00.



Carlos Bica

GALERIA DE ARTE

Exposições com foco na arte contemporânea. Visitação de terça a sexta, das 10h às 19h; sábado, das 10h às 20h; e domingo, das 10h às 18h. Entrada franca.

Porto Alegre – Até 2/8, *Ode a Phobos (ou como é bom não ter memória)*, da artista Letícia Lopes. Mostra



Videoperformances

selecionada pelo Edital 2015. **12/8**, 19h, inauguração da mostra *Filmes de Afogamento*, dos artistas Luciano Scherer e Maíra Flores. Visitação até 13 de setembro.

NÚCLEO CULTURAL DO VINHO

Cursos e palestras com degustação. Inscrições prévias: www.ecarta.org.br.

Porto Alegre – 7/8, 19h30, *Uvas Terroirs e Vinhos – Novo Mundo x Velho Mundo*. Palestrante: *sommelier* Marcelo Vargas. Inscrição: R\$ 30,00. 25/8, 19h30, *Os novos pequenos produtores da Metade Sul*. Palestrante a confirmar. Inscrição: 25,00.

Santo Ângelo – 14/8, 19h30, *A arte do vinho por seus artistas*. Palestrante: enóloga Maria Escanellas. Inscrição: R\$ 30,00.

CONVERSA DE PROFESSOR

Programa realizado em várias cidades do estado, com parcerias locais. Tem como objetivos o aprofundamento teórico, ampliação de conhecimentos, debate sobre metodologias de trabalho em sala de aula. Inscrições gratuitas. **Porto Alegre** – 12/8, 19h30, na sala de eventos do Sinpro/RS (Av. João Pessoa, 919), *Identificação e manejo das dificuldades de aprendizagem e comportamento no contexto escolar*, ministrado pela fonoaudióloga Mirela Prando e o psicólogo André Luiz Moraes. Inscrições gratuitas pelo site da Ecarta (www.ecarta.org.br/conversa/prog_porto_alegre_2015.asp).

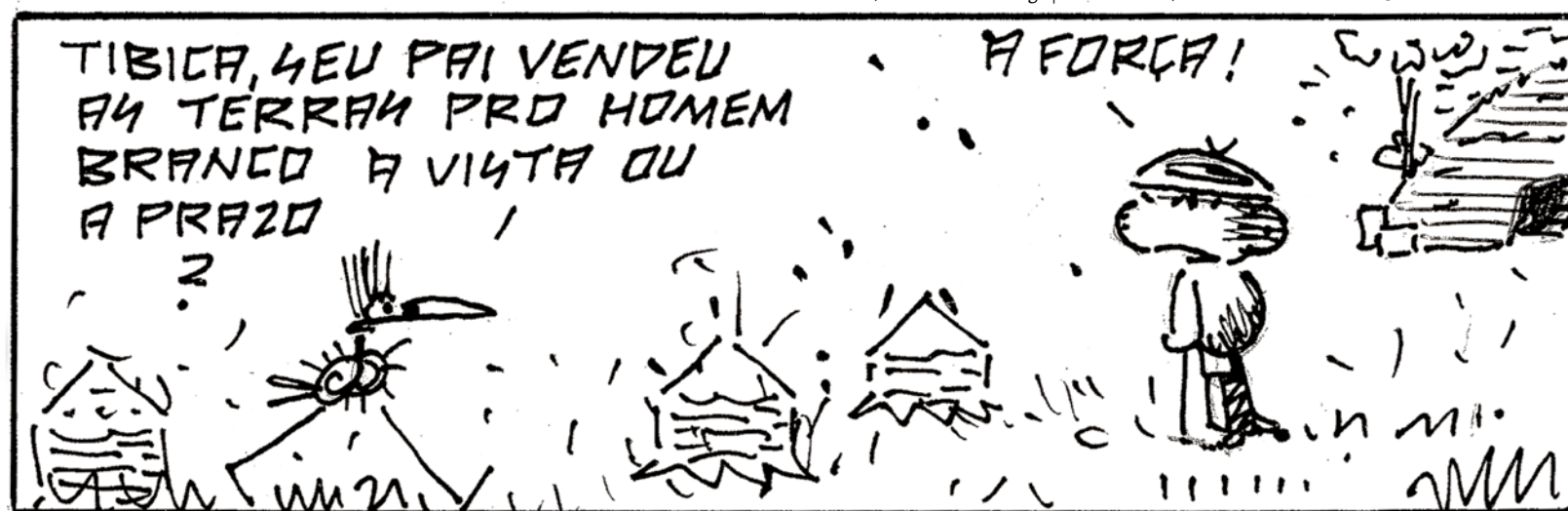
Horizontina – 19/8, 19h, no Centro de Cultura e Belas Artes (Rua Tuparendi, 1650), *Educação para a paz*, ministrada pelo professor Rafael Grassi. Inscrições gratuitas pelo fone 55. 3537.3294 ou e-mail smec@horizontina.rs.gov.br.

Novo Hamburgo – 19/8, 19h, na Sociedade Ginástica (Rua Castro Alves, 16 – Bairro Rio Branco), *Práticas pedagógicas da educação infantil*, ministrado pela professora Queila Almeida Vasconcelos. Inscrições pelo fone 51. 3594.9910, ramal 9205 e pelo e-mail smedregularizacao@novohamburgo.rs.gov.br.

QUADRINHOS

Tibica, O Defensor da Ecologia | Editora Formato, 2010

TIBICA / CANINI



RANGO / EDGAR VASQUES



Professor, fique por dentro das questões legais
e traga sua experiência para o debate.

III Seminário
Nacional

Profissão
Professor

As legislações educacional e trabalhista:
contradições, lacunas e a necessária articulação.

28/8/2015 | 9h às 18h30

Inscrições gratuitas. Devem ser feitas pelo *site*

www.sinprors.org.br/profissaoprofessor

Vagas limitadas. Certificado de participação.

Hotel Embaixador
Rua Jerônimo Coelho, 354 – Centro – Porto Alegre – RS

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão